

SEGUNDA PARTE

PLANO DE ACÇÃO DA BIODIVERSIDADE

CAPÍTULO VI. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

A fim de estabelecer uma perspectiva que transcenda os actuais horizontes do quotidiano e, deste modo, fixar objectivos a uma certa distância no futuro, de forma a ter em conta o reforço das capacidades e o aumento dos esforços, S. Tomé e Príncipe enunciou e explicitou uma visão global para a conservação da diversidade biológica. Trata-se de:

Até 2025, S.T.P. deverá reforçar as capacidades institucionais e humanas e promover o desenvolvimento económico diversificado, particularmente os recursos petrolíferos, que deverão jogar um papel positivo e indispensável na conservação da biodiversidade, contribuindo assim na luta contra a pobreza.

Para apoiar essa visão, a estratégia apresenta igualmente acções que correspondem aos três objectivos fundamentais da Convenção sobre a Diversidade Biológica:

- Conservação da diversidade biológica em todos os níveis (genes, espécies e ecossistemas);
- Utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Partilha justa e equitativa das vantagens geradas pela utilização dos recursos.

Uma hierarquização de cada um dos objectivos acima citados deu lugar a sub-objectivos seguintes:

Para a conservação da diversidade biológica, os sub-objectivos são:

- Reforço da conservação *in situ*;
- Reforço da conservação *ex situ*;

Para a utilização sustentável dos recursos biológicos, o sub-objectivo é:

- A valorização da biodiversidade;

Para a partilha justa e equitativa das vantagens que decorrem da utilização dos recursos biológicos, os sub-objectivos são:

- O reforço do quadro institucional e legal;
- A criação de mecanismos de acesso e de partilha justa e equitativa dos recursos biológicos ao nível nacional e internacional.

Cinco eixos estratégicos são tomados em consideração. Trata-se de conjuntos de meios-fins que foram identificados na hierarquia dos objectivos. Esses conjuntos constituem as diferentes formas de intervenção que serão implementadas para resolver os problemas, identificados no momento do Diagnóstico da Situação, analisados e reconfirmados, de forma participativa, no Atelier Nacional de Validação. Esses eixos estratégicos são:

- A conservação do ecossistema marinho e costeiro;
- A conservação do ecossistema de águas interiores;
- A conservação do ecossistema florestal;

- A conservação do ecossistema agrário;
- O reforço do quadro institucional e legal, que funcionará, neste caso, como elemento transversal.

Sem descurar o horizonte temporal fixado, em termos estratégicos, até ao ano 2025, a duração das medidas e projectos preconizados, no âmbito de cada um dos eixos estratégicos acima referidos, não ultrapassará 5 anos, atendendo aos imperativos de uma acção prática devidamente enquadrada no tempo e sujeita aos condicionalismos, tanto em termos de financiamento, como em matéria de previsibilidade segura, ao tratar-se de uma problemática tão complexa e dinâmica como é a da biodiversidade e a sua evolução.

Os Planos de Acção (ANEXOS B) que se apresentam, contemplam portanto medidas e actividades de carácter preliminar, que deverão naturalmente encontrar continuidade em acções subsequentes, em estreita dependência das condições de organização e de financiamento que oportunamente se vierem a proporcionar.

6.1. Eixo Estratégico para a Conservação do Ecossistema Costeiro e Marinho

JUSTIFICAÇÃO:

- A vulnerabilidade e a fragilidade das áreas costeiras impõem a necessidade de uma utilização adequada do seu espaço, sobretudo quando se tornam cada dia mais visíveis os efeitos negativos da pressão humana, tanto sobre o espaço físico, como sobre os recursos naturais nele existentes. A ocupação desordenada das áreas costeiras e a utilização em modo não sustentável dos recursos ali existentes aceleram o processo erosivo nessas áreas, assim como a degradação da componente biológica dos seus ecossistemas. Exemplo dessa degradação é-nos dado pela forma como são caçadas tartarugas marinhas e colhidos os seus ovos, para além da destruição das suas áreas de reprodução, provocada pela exploração desregrada de areia nas praias.
- Apesar de já ter havido acções anteriores visando a protecção dessas espécies, as mesmas continuam a ser caçadas de forma indiscriminada. Neste sentido, a adopção de um Plano de ordenamento do território dotará o País de meios e mecanismos capazes de disciplinar a ocupação desses espaços, assim como a gestão sustentável dos recursos neles disponíveis.
- A fragilidade das acções de fiscalização e de seguimento das actividades pesqueiras nos mares santomenses tem permitido a captura de várias espécies de forma descontrolada, pondo em causa a própria existência das mesmas. A falta de controlo sobre as unidades pesqueiras, sobretudo no que diz respeito ao tipo de artefactos utilizados, tem facilitado particularmente a captura de pescado de tamanho fora do convencional, levando assim a sua utilização não sustentável.
- A exploração desregrada dos recursos haliêuticos repercute-se economicamente, de forma directa, sobre a população, ao promover, por um lado, a redução dos seus rendimentos e, por outro, o aumento dos preços de compra.
- Apesar da existência de uma lei sobre a pesca, a falta de meios para fazer a fiscalização e o seguimento das actividades piscatórias na ZEE santomense tem originado a degradação dos recursos haliêuticos e uma exploração irracional da biodiversidade marinha. Torna-se por isso necessário reforçar tanto os meios regulamentares como os materiais de fiscalização, com vista a permitir que os referidos recursos sejam explorados de forma sustentável.

- A falta de conhecimentos sobre as características dos recursos haliêuticos nacionais vem impedindo entretanto a adopção de uma política de gestão sustentável desses recursos e acelera a sua degradação. A conservação da biodiversidade marinha e dos seus ecossistemas pressupõe o conhecimento científico das suas componentes, que sirva de base a todo o processo de planificação, organização e coordenação global das acções a serem levadas a cabo, neste caso, com a participação activa e responsável de todos os actores implicados.

Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica costeira e marinha

Sub-objectivo nº 1: O reforço da conservação “in situ”, que compreende as seguintes acções:

1. *Ordenamento Espacial da Zona Costeira e Gestão Sustentável dos seus Recursos;*
2. *Sensibilização das populações que residem nas zonas costeiras;*
3. *Monitorização das acções de protecção e conservação de áreas costeiras.*

Sub-objectivo nº 2: O reforço da conservação “ex situ”, no qual se inscrevem as seguintes acções:

1. *Criação de um Parque Marinho Nacional;*
2. *Estudos dos Recursos Haliêuticos marinhos;*
3. *Gestão Sustentável da Zona Económica Exclusiva Santomense;*
4. *Protecção das Tartarugas Marinhas.*

Sub-objectivo nº 3: O reforço do quadro institucional, através de:

1. *Reforço de acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e gestão sustentável do ecossistema Marinho e Costeiro*

Obs: As principais acções para a materialização destes objectivos estão contidas nos anexos A-1

6.2. Eixo Estratégico para a conservação do Ecossistema de Águas Interiores

JUSTIFICAÇÃO:

- S. Tomé e Príncipe dispõe de uma rede hidrográfica relativamente densa, caracterizada pela irregularidade do regime e das características dos vários cursos de água que a compõem. É à volta dessa rede hidrográfica que surgem ecossistemas húmidos, onde se destaca uma rica diversidade biológica com muitas espécies, tanto de fauna como de flora, algumas delas endémicas, para além de apresentarem paisagens de beleza ímpar.
- Entretanto e apesar da sua importância, nenhuma zona húmida ao nível nacional está classificada como área protegida, não obstante essa riqueza em matéria de biodiversidade. Antes pelo contrário, algumas actividades de carácter económico tendem a pôr em perigo os

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

ecossistemas aquáticos, ameaçando de forma preocupante os recursos biológicos neles existentes.

- A falta de conhecimentos sobre as características dos recursos biológicos das águas interiores impede, por outro lado, a adopção de uma política de gestão sustentável desses recursos, tendente à sua valorização e promoção.
- A sociedade só ficaria neste caso a ganhar se se inventariasse e avaliasse o meio aquático, de modo a identificar os ecossistemas e respectivas componentes, o que permitiria aumentar os conhecimentos sobre os recursos de águas doces e, conseqüentemente, tomar medidas mais adequadas à sua conservação, valorização e utilização sustentada.

Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica do Ecossistema de Águas Interiores

Sub-objectivo nº 1: O reforço da conservação “*in situ*”, que contará com as seguintes acções:

1. Conservação da Diversidade Biológica e dos Recursos Biológicos das Águas Interiores;
2. Elaboração de Estudos sobre a Fauna das Águas Interiores;
3. Elaboração do Plano de Gestão das Áreas Pantanosas;
4. Criação de áreas Protegidas nos Ecossistemas Húmidos.

Sub-objectivo nº 2: O reforço do quadro institucional, cuja acção será:

1. *Reforço de acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio de conservação e gestão sustentável das águas interiores*

Obs: As principais acções para a materialização destes objectivos estão contidos nos anexos A-2

6.3. Eixo Estratégico para a conservação do Ecossistema Florestal

JUSTIFICAÇÃO

- As florestas santomenses encontram-se ameaçadas, devido à exploração descontrolada a que as mesmas estão sujeitas. Mesmo as áreas de vocação florestal permanente são muitas vezes afectadas pelas queimadas desencadeadas de forma descontrolada, assim como pelo abate indiscriminado de árvores.
- Com a aplicação da política de privatização das terras agrícolas e a entrega de consideráveis extensões de terra aos pequenos e médios agricultores, estes utilizam as árvores existentes nas suas parcelas como recurso financeiro imediato para a solução dos seus problemas económicos, como ocorre, por exemplo, no corte extensivo das árvores. Este fenómeno, para além de tender a diminuir de forma drástica as espécies de madeira de alto valor comercial, acelera a erosão dos solos, a destruição dos habitats de faunas, a degradação das bacias hidrográficas, a redução do regime de chuvas e a deterioração da qualidade de vida da população rural, comprometendo desta forma as perspectivas de desenvolvimento.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

- Sendo as florestas um recurso renovável, elas podem ser geridas de forma sustentável, compatível com a protecção do ambiente. Para o efeito, necessário se torna que medidas urgentes sejam tomadas, de modo a conservar os referidos recursos e dar ao público uma melhor percepção do valor das florestas.
- A população que vive no meio rural, nomeadamente nas zonas periféricas às áreas protegidas, não possui meios económicos capazes de a libertar da necessidade de exercer pressão sobre os recursos naturais disponíveis nas áreas protegidas. Ao não possuírem outras alternativas, os seus membros dedicam-se nomeadamente à caça, à agricultura e à exploração de madeira, utilizando para o efeito técnicas inadequadas e particularmente incompatíveis com o estatuto das áreas em causa.
- A gestão moderna das áreas protegidas deve necessariamente incluir a participação da população local, de forma a garantir-se a utilização sustentável dos recursos biológicos disponíveis, assim como a distribuição mais equitativa dos benefícios daí resultantes.
- A própria paisagem agro-silvo-pastoral encontra-se em vias de degradação, sob o efeito combinado da erosão dos solos, da exploração florestal anárquica, da redução dos períodos de pousio, do cultivo em terras frágeis, particularmente as sensíveis à erosão, e da consequente redução da fertilidade.
- Ora, a perfeita recuperação da cobertura vegetal implica levar a cabo acções de reflorestação em grande escala, segundo programas realistas e devidamente faseados, que não descurem entretanto as reais necessidades em matéria de segurança alimentar e o desenvolvimento de outras culturas, nomeadamente para a exportação. Sabe-se entretanto que um programa de repovoamento florestal torna-se sempre algo longo e bastante dispendioso, pelo que é essencial a adesão das populações aos objectivos do programa, sobretudo daquelas mais próximas das zonas degradadas, como forma de se obter resultados satisfatórios e garantir a sua perenidade.
- Uma acção de particular relevância no sentido da conservação e gestão sustentável das florestas, consiste na criação do Arboreto, que irá constituir um passo importante no domínio da investigação e do conhecimento científico sobre as espécies arbóreas, nomeadamente em matéria de características ecológicas dos biótopos, da biologia sistemática dos grupos taxonómicos, da biotecnologia apropriada e do valor sócio-económico de cada uma das espécies.
- Tendo em conta a importância das espécies endémicas e/ou indígenas para o ecossistema florestal santomense, impõe-se ao país a necessidade de medidas urgentes e vigorosas, visando a sua protecção e conservação, pelo que se torna premente identificá-las, localizá-las, caracterizá-las e classificá-las devidamente, de modo a dedicar-lhes a atenção adequada, tendo em vista garantir a sua perenidade.
- Os sectores não dispõem actualmente de qualquer informação fiável sobre a distribuição e o efectivo de espécies de animais selvagens em S. Tomé e Príncipe. A forte pressão exercida sobre os mesmos e a falta dos referidos dados limitam a eficácia de todos os exercícios destinados a conservar ou a fazer a gestão sustentável desses recursos.
- As espécies selvagens são caçadas no país durante todo o ano, não se respeitando o seu ciclo natural de vida e de reprodução. O inventário será feito em estreita colaboração com as comunidades locais e, em particular, com os caçadores, o que irá permitir não só obter os dados para uma melhor conservação destas espécies, mas também a avaliação e valorização dos produtos da caça.
- O Jardim Botânico e o Herbário, localizados na zona de Bom Sucesso, deveriam constituir o principal laboratório de investigação na área da Botânica santomense.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

- A reduzida superfície atribuída aos mesmos tende a limitar a introdução de novas espécies, de entre as quais algumas endémicas, que devem merecer uma atenção especial. Daí a necessidade de ampliação ora preconizada.
- A cultura santomense, baseada nos conhecimentos tradicionais, já teve um carácter bastante protector, dando uma importância particular ao ambiente e valorizando os ecossistemas.
- A população é conhecedora de importantes conhecimentos ligados à prática de conservação dos ecossistemas, da flora e da fauna, valorizando não só os seus aspectos económicos, mas também os sociais e culturais. Os recursos tais como a água, o solo, a fauna, a flora e outros podem ser geridos de forma colectiva, associando os conhecimentos científicos aos conhecimentos tradicionais, de forma a permitir que a sua utilização seja feita de forma sustentável, para servir tanto as actuais gerações como as futuras.
- O acesso aos conhecimentos tradicionais reveste-se de grande interesse para a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos seus recursos. É determinante que seja feito um levantamento destes conhecimentos e técnicas tradicionais, de modo a que os mesmos sejam associados aos conhecimentos e técnicas modernas, envolvendo-se as comunidades locais na defesa e gestão sustentável dos seus recursos.

Objectivo fundamental: A Conservação da Diversidade Biológica do Ecosistema Florestal

Sub-objectivo nº 1: O reforço da conservação “*in situ*”, que contará com as seguintes acções:

1. *Sensibilização das populações que residem nos arredores das áreas protegidas;*
2. *Monitorização das acções de protecção e conservação de áreas protegidas;*
3. *Perenização de políticas coerentes e de financiamentos para as áreas protegidas.*

Sub-objectivo nº 2: O reforço da conservação “*ex situ*”, que integrará as seguintes acções:

1. *Criação de um Arboretum;*
2. *Alargamento e enriquecimento do actual Jardim Botânico e do Herbarium;*
3. *Criação de um banco de sementes de espécies endémicas e indígenas;*
4. *Re povoamento florestal de áreas degradadas.*

Sub-objectivo nº 3: A valorização da biodiversidade do Ecosistema Florestal, através das seguintes acções:

1. *Estudos relacionados com a Sistemática das espécies mal exploradas;*
2. *Vulgarização de técnicas apropriadas para o aproveitamento de plantas com fins medicinais;*
3. *Cultivo e utilização sustentável de plantas medicinais;*
4. *Monitorização de actividades relacionadas com a caça de espécies endémicas;*
5. *Protecção de áreas de reprodução e de nidificação de espécies endémicas;*
6. *Gestão adequada de espécies arbóreas de valor comercial;*
7. *Estruturação e operacionalização do ecoturismo;*
8. *Estudo das espécies ornamentais e sua valorização;*
9. *Estudo de espécies utilizadas na confecção do artesanato e sua multiplicação;*
10. *Elaboração de um program IEC relativo à protecção da fauna e da flora.*

Obs: As principais acções para a materialização destes objectivos estão contidos nos anexos A-3

6.4. Eixo Estratégico para a conservação do Ecossistema Agrário.

JUSTIFICAÇÃO

- Os ecossistemas agrários constituem um mosaico bastante diversificado do Meio Natural, reservado fundamentalmente para a agricultura e a pecuária, donde uma parte importante da população obtém o seu rendimento, que se converte assim na base fundamental de luta contra a pobreza. A tendência actual em S. Tomé e Príncipe vai no sentido do desenvolvimento da cultura de espécies melhoradas, em detrimento de culturas tradicionais, o que origina uma certa erosão genética e o desaparecimento do saber tradicional ligado a essas culturas.
- A agricultura santomense está baseada num universo rico de variedades, tanto de espécies vegetais, como frutícolas, que têm grande influência na vida da população. A introdução não muito criteriosa de variedades melhoradas, que têm substituído em parte variedades locais e tradicionais, tende no entanto a relegar para segundo plano a investigação na área das variedades locais, normalmente mais resistentes a determinadas pragas, mas que se vêem hoje gravemente ameaçadas pelo fenómeno da erosão genética, apesar dessa reconhecida resistência e do seu elevado valor alimentar.
- Também as espécies frutícolas espontâneas constituem uma fonte importante de alimentação para toda a população, particularmente a que reside no meio rural. No entanto, o seu aproveitamento não tem sido o melhor, devido à falta de conhecimentos sobre o seu valor e as características do seu ciclo biológico. De igual modo, paira sobre as mesmas a ameaça de desaparecimento, devido ao elevado grau de vulnerabilidade das áreas onde as mesmas se desenvolvem.
- Para a exploração sustentável do património vegetal local torna-se necessário constituir colecções de referência das diferentes espécies exploradas na agricultura. A sociedade só ficará pois a ganhar com a inventariação e avaliação do potencial do ecossistema agrário, de modo a identificar as espécies em perigo e adoptar medidas adequadas para a sua conservação e utilização sustentável, em benefício das gerações presentes e futuras.
- Face ao rápido desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando em matéria de produção agropecuária ao nível mundial, impõe-se ao país a necessidade de investir fortemente no domínio da investigação agrária, sobretudo na sua vertente animal, de modo a procurar alcançar uma proximidade cada vez maior em relação aos parâmetros internacionalmente recomendáveis.
- Tal necessidade torna-se ainda mais premente quando a limitação do espaço territorial nacional e a exiguidade das áreas aptas para a produção agropecuária dificultam cada vez mais a satisfação das necessidades básicas de uma população que cresce a um ritmo ainda bastante significativo.
- A criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Pecuário constituiria assim um passo particularmente importante, no domínio da investigação e do conhecimento científico sobre as espécies pecuárias existentes no país, uma vez que permitiria obter informações mais detalhadas e precisas sobre as características genéticas e morfológicas das mesmas. Ao nível do Centro, poder-se-iam investigar, para além dessas características, a biologia sistemática dos grupos taxonómicos, a biotecnologia apropriada, assim como o valor sócio-económico de cada uma das espécies, permitindo desse modo a gestão sustentável dos recursos e a promoção de actividades geradoras de rendimentos para a população.

- Também a esse nível, uma atenção especial estaria orientada naturalmente para a pesquisa e a investigação, com vista à protecção e valorização das espécies rústicas, como elemento de primordial interesse no âmbito do património animal do país.

Objectivo fundamental: A conservação da diversidade biológica do Ecossistema Agrário

Sub-objectivo nº 1: O reforço da conservação “in situ” de espécies vegetais, através das seguintes acções:

1. *Constituição de uma colecção nacional de espécies frutíferas espontâneas, com vista à sua conservação e utilização sustentável;*
2. *Preservação de forma controlada de espécies no seu habitat natural e informatização dos dados;*
3. *Inventário das variedades em vias de extinção;*
4. *Informação, Educação e Comunicação (IEC), dirigida a quadros técnicos e agricultores, no domínio da conservação da biodiversidade e da gestão sustentável dos recursos biológicos.*

Sub-objectivo nº 2: O reforço da conservação “ex situ” de espécies vegetais, através das seguintes acções:

1. *Enriquecimento de campos de germoplasma vegetal, pela contribuição de genes provenientes do estrangeiro e de outras variedades locais.*

Sub-objectivo nº 3: A valorização da biodiversidade vegetal, que integrará as acções que se seguem:

1. *Adopção de um programa de luta anti-erosiva e implantação de culturas alimentares em zonas apropriadas;*
2. *Fomento da produção biológica do cacau e de outros produtos agrícolas de exportação;*
3. *Promoção das culturas alimentares e frutícolas, com vista a garantir a segurança alimentar;*
4. *Desenvolvimento das potencialidades existentes das plantas ornamentais, incluindo um estudo de mercado;*

Promoção de centros de pesquisa, destinados a aprofundar as investigações sobre métodos de luta biológica contra pragas e doenças;

Sub-objectivo nº 4: O reforço da conservação “in situ” de espécies animais, através da seguinte acção:

- *Proteção in situ das espécies rústicas*

Sub-objectivo nº 5: O reforço da conservação “ex situ” de espécies animais, através da acção que se segue:

1. *Criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento pecuário.*

Sub-objectivo nº 6: A valorização da biodiversidade animal, através das seguintes acções:

1. *Fomento da criação de espécies animais mais comuns (suínos, bovinos, ovinos, caprinos, aves e coelhos);*
2. *Aumento do efectivo ovino;*
3. *Maior e melhor controlo de animais para abate;*
4. *Criação de unidades de transformação.*

Obs: As principais acções para a materialização destes objectivos estão contidas nos anexos A-4

6.5. Eixo Estratégico para o Reforço do Quadro Institucional e Legal.

JUSTIFICAÇÃO

- S. Tomé e Príncipe necessita de um quadro jurídico, que permita regular a forma de utilização dos recursos biológicos presentes em cada um dos ecossistemas, de modo a permitir a gestão sustentável dos mesmos. Para tal, a sua elaboração deverá basear-se na estreita colaboração com as comunidades locais e, particularmente, com os promotores e operadores de actividades económicas, que, de uma forma ou outra, entrem em contacto e mantenham relação com o vasto e rico mundo da Biodiversidade.
- A biotecnologia é um grande potencial de fornecimento à humanidade de soluções que permitem não só responder às necessidades das populações, mas também aumentar a vitalidade dos recursos biológicos. No entanto, a manipulação de organismos vivos modificados com base numa biotecnologia moderna comporta potenciais riscos, ligados à sua produção, transferência, manutenção e utilização.
- A baixa capacidade institucional dos sectores encarregues pela conservação ex-situ, nomeadamente a falta de equipamentos necessários e de motivação, a baixa capacidade de recursos humanos e a inexistência de legislações apropriadas limita a efectividade das acções já iniciadas. Tendo em conta que a conservação ex-situ constitui uma componente essencial para a conservação in-situ, necessário se torna que seja reforçada a capacidade institucional dos sectores responsáveis por esta actividade.
- Não é possível travar a degradação da diversidade biológica sem introduzir mudanças no comportamento do Homem e da comunidade em que se insere, cujas acções tendem a pôr em perigo a integridade dos ecossistemas e ameaçam a renovação dos recursos naturais, fomentando assim a pobreza no seio da população. Essas mudanças só se tornam possíveis através da institucionalização de um programa amplo e permanente de informação, educação e comunicação junto da população em geral e dos decisores políticos, administrativos e económicos, em particular.
- A informação e sensibilização da população são instrumentos necessários que permitem a participação da mesma na sua protecção e conservação, em benefício próprio e no das gerações futuras.

Objectivo fundamental: A conservação da Biodiversidade e a utilização dos seus recursos, com base num Quadro Institucional e Legal coerente, mais vigoroso e actual

Sub-objectivo nº 1: Reforço do Quadro Institucional, através das seguintes acções:

1. *Reforço das acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade;*
2. *Formação de recursos humanos adicionais qualificados no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade, incluindo guardas florestais, ecoguardas, botânicos, zoólogos, ecologistas e outros;*
3. *Elaboração e aprovação do Plano de gestão do Parque Natural;*
4. *Elaboração de um programa de aperfeiçoamento técnico em Agro-florestaria, Etnobotânica e Farmacopeia;*
5. *Criação de uma estrutura pública para a promoção e seguimento da utilização adequada das plantas medicinais;*
6. *Criação de um sistema nacional de recolha e processamento de informação tecnológica sobre o funcionamento de Jardins Botânicos e Herbários ao nível internacional;*
7. *Aprovação e aplicação do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal;*
8. *Criação de um Fundo Fiduciário;*
9. *Promoção de parcerias entre o sector privado, as ONG's e as populações locais, no domínio da Biodiversidade;*
10. *Maior envolvimento do Estado nos processos e acções visando a melhoria da operacionalidade e eficácia das estruturas de apoio existentes (associações de pequenos agricultores, cooperativas de médias empresas agrícolas, programas de vulgarização agrícola e outras).*

Sub-objectivo nº 2: Reforço do quadro legal e regulamentar, através das acções que se seguem:

1. *Criação de mecanismos conducentes à aplicação e à observância efectivas da legislação já aprovada e publicada, em matéria de conservação e gestão sustentável da Biodiversidade;*
2. *Aprovação, publicação e entrada em vigor da Lei sobre o Parque Natural;*
3. *Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a caça;*
4. *Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a captura e comercialização da tartaruga marinha e seus produtos;*
5. *Elaboração de legislação relativa à salvaguarda dos recursos fitogenéticos;*
6. *Elaboração do correspondente quadro legal com vista ao melhor funcionamento e aproveitamento do potencial do Jardim Botânico e o Herbário existentes;*
7. *Elaboração, aprovação e aplicação da legislação sobre a exportação de espécies de conformidade com a CITES;*
8. *Elaboração, aprovação e aplicação do Código pecuário;*
9. *Elaboração de leis que integrem a noção de acessibilidade e de partilha justa e equitativa.*

Sub-objectivo nº 3: A criação de mecanismos de acesso e de partilha justa e equitativa dos recursos biológicos, através das seguintes acções:

Ao nível nacional:

- 1. Manter a integridade dos ecossistemas florestais;*
- 2. Promoção de apoio às estruturas de protecção e de gestão comunitária dos recursos biológicos.*

Ao nível internacional:

- 1. Fortalecimento dos mecanismos de cooperação visando a aquisição de genes no estrangeiro, em função das necessidades e dos programas de desenvolvimento nacional;*
- 2. Institucionalização do processo de ecocertificação de produtos agro-florestais;*
- 3. Optimização do programa STABEX visando o aumento da produção de cacau;*
- 4. Garantia de acesso regular às informações zoo-sanitárias e das inovações científico-técnicas ao nível mundial;*

Objectivo fundamental: A conservação da Biodiversidade e a utilização dos seus recursos, com base num Quadro Institucional e Legal coerente, mais vigoroso e actual

Sub-objectivo nº 1: Reforço do Quadro Institucional, através das acções que se seguem:

- 11. Reforço das acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade;*
- 12. Formação de recursos humanos adicionais qualificados no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade, incluindo guardas florestais, ecoguardas, botânicos, zoólogos, ecologistas e outros;*
- 13. Elaboração e aprovação do Plano de gestão do Parque Natural;*
- 14. Elaboração de um programa de aperfeiçoamento técnico em Agro-floresteria, Etnobotânica e Farmacopeia;*
- 15. Criação de uma estrutura pública, para promoção e seguimento da utilização adequada das plantas medicinais;*
- 16. Criação de um sistema nacional de recolha e processamento de informação tecnológica sobre o funcionamento de Jardins Botânicos e Herbários ao nível internacional;*
- 17. Aprovação e aplicação do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal;*
- 18. Criação de um Fundo Fiduciário;*
- 19. Promoção de parcerias entre o sector privado, as ONG's e as populações locais,*

no domínio da Biodiversidade;

20. *Maior envolvimento do Estado nos processos e acções visando a melhoria da operacionalidade e eficácia das estruturas de apoio existentes (associações de pequenos agricultores, cooperativas de médias empresas agrícolas, programas de vulgarização agrícola e outras).*

Sub-objectivo nº 2: Reforço do quadro legal e regulamentar, através das seguintes acções:

10. *Criação de mecanismos conducentes à aplicação e à observância efectivas da legislação já aprovada e publicada, em matéria de conservação e gestão sustentável da Biodiversidade;*
11. *Aprovação, publicação e entrada em vigor da Lei sobre o Parque Natural;*
12. *Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a caça;*
13. *Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a captura e comercialização da tartaruga marinha e seus produtos;*
14. *Elaboração de legislação relativa à salvaguarda dos recursos fitogenéticos;*
15. *Elaboração do correspondente quadro legal com vista ao melhor funcionamento e aproveitamento do potencial do Jardim Botânico e o Herbário existentes;*
16. *Elaboração, aprovação e aplicação da legislação sobre a exportação de espécies de conformidade com a CITES;*
17. *Elaboração, aprovação e aplicação do Código pecuário;*
18. *Elaboração de leis que integrem a noção de acessibilidade e de partilha justa e equitativa.*

Sub-objectivo nº 3: A criação de mecanismos de acesso e de partilha justa e equitativa dos recursos biológicos, através das seguintes acções:

Ao nível nacional:

3. *Manter a integridade dos ecossistemas florestais;*
4. *Promoção de apoio às estruturas de protecção e de gestão comunitária dos recursos biológicos.*

Ao nível internacional:

5. *Fortalecimento de mecanismos de cooperação, visando a aquisição de genes no estrangeiro, em função das necessidades e dos programas de desenvolvimento nacional;*
6. *Institucionalização do processo de ecocertificação de produtos agro-florestais;*
7. *Optimização do programa STABEX, visando o aumento da produção de cacau;*
8. *Garantia de acesso regular às informações zoo-sanitárias e das inovações científico-técnicas ao nível mundial;*

Obs: As principais acções para a materialização destes objectivos estão contidas nos anexos A-5

CAPÍTULO VII - QUADRO LÓGICO DE INTERVENÇÃO

7.1. Implementação, Seguimento e Avaliação

7.1.1. Criação de mecanismos com vista a dotar o Gabinete do Ambiente do Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente de meios necessários que lhe permitam proceder à implementação da Estratégia e do Plano de Acção Sobre a Diversidade Biológica

A implementação da Estratégia Nacional e do Plano de Acção da Diversidade Biológica, de carácter multisectorial, necessita a criação de uma estrutura de coordenação. Para que esta estrutura possa realizar convenientemente a missão que lhe é conferida, ela precisará de apoio técnico, material, científico e jurídico. A estrutura deverá elaborar um plano de negócios que lhe permitirá caminhar progressivamente para uma certa semi-autonomia financeira a longo prazo. O objectivo geral desta estrutura é a promoção da conservação da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe, através da implementação de actividades previstas no respectivo plano de acção da diversidade biológica. Os objectivos específicos são os seguintes:

Propõe-se, por isso, a criação de um **Gabinete Nacional de Coordenação, junto ao Gabinete do Ambiente (GNC-GA)**, cujos objectivos específicos são os seguintes:

- Coordenação das iniciativas e dos projectos relativos à conservação da diversidade biológica;
- Criação e gestão de um mecanismo sustentável de financiamento das actividades de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável dos recursos biológicos.

No âmbito da coordenação das iniciativas e dos projectos relativos à conservação da diversidade biológica, a estrutura terá por função:

- Funcionar como ponto focal da rede constituída por todas as agências nacionais públicas e privadas implicadas na conservação ou na valorização da diversidade biológica;
- Apoiar as iniciativas privadas tendentes à restauração dos ecossistemas degradados e à protecção da diversidade biológica;
- Promover a colaboração com os organismos e instituições intervenientes no domínio da biodiversidade;
- Sensibilizar o grande público, através de publicações e exposições de colecções, espécimens, filmes documentários e outros meios disponíveis ao nível dos parceiros;
- Coleccionar e gerir a informação sobre a diversidade biológica, com o objectivo de fazer a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais;

- Funcionar como estrutura-recurso na identificação das instituições de formação, bolsas de estudos e de aperfeiçoamento e orientar desta forma os interventores ou outros indivíduos interessados;
- Criar e gerir um mecanismo nacional de coordenação e de troca de informações de ordem científica, técnica, sócio-económica e cultural em matéria de diversidade biológica;
- Promover o crescimento dos investimentos para a conservação da diversidade biológica e utilização sustentável dos seus recursos;
- Criar e manter uma base de dados para a conservação e gestão dos recursos naturais e da biotecnologia;

No âmbito da criação e gestão de um mecanismo de financiamento sustentável das actividades de conservação da diversidade biológica e da utilização sustentável dos recursos biológicos, a estrutura terá as seguintes tarefas:

- Incitar o sector privado a adoptar uma estratégia de utilização de símbolos da conservação, tendente à promoção dos diversos produtos e serviços, podendo uma certa percentagem dos rendimentos ser destinada às actividades de conservação;
- Funcionar como estrutura-recurso para a identificação e assistência à mobilização da parceria em ambiente, tanto ao nível nacional como internacional;
- Funcionar como prestador de serviços de promoção (marketing) para a valorização sustentável da diversidade biológica, tanto a nível nacional como a nível internacional;
- Funcionar como estrutura-recurso de financiamento das actividades de conservação da diversidade biológica e assistência à mobilização dos financiamentos;
- Funcionar como estrutura-recurso para a prestação de serviços de montagem de dossiers para o financiamento das actividades de valorização sustentável dos recursos biológicos;
- Funcionar como estrutura-recurso para assistir às agências nacionais públicas e privadas na organização de seminários e ateliers relativos às questões ligadas à diversidade biológica;
- Promover a criação de um fundo especial (trust funds) para o reforço da conservação da diversidade biológica e utilização sustentável dos recursos e gerir este fundo.

7.1.2. Estratégia de financiamento do Gabinete Nacional de Coordenação

O funcionamento do Gabinete Nacional de Coordenação (GNC-GA) deverá apoiar-se num modelo de gestão susceptível de lhe permitir assumir progressivamente, a médio prazo, uma certa semi-autonomia financeira, a ser consubstanciada a longo prazo. Além do recurso aos

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

financiamentos provenientes das fontes tradicionais (agências de ajuda, cooperações bi e multilaterais, doações e legados, etc.), para os seus fundos de financiamento o GNC-GA deverá apoiar-se na estratégia de financiamento à base dos royalties. Por exemplo, os projectos, estruturas ou iniciativas que beneficiam dos serviços do GNC-GA deverão pagar impostos de utilização proporcionais ao nível de fundos que as prestações fornecidas pelo Gabinete terão contribuído para mobilizar.

Para otimizar a obtenção destes impostos de utilização, o GNC-GA fará apelo a mecanismos inovadores, tais como:

- Promoção pelo sector privado nacional e internacional (cervejarias, companhias petrolíferas, companhias de aviação, agências de viagem, transporte marítimo, lotaria nacional, revistas especializadas internacionais, companhias farmacêuticas, etc.) da utilização de lagos relativos às espécies animais ou vegetais de São Tomé e Príncipe, para o marketing dos seus produtos;
- Promoção da utilização de lagos relativos às espécies animais e vegetais nos selos dos correios;
- Promoção de apadrinhamentos e geminações de projectos ou outras iniciativas com cidades e centros de pesquisa do Norte, jardins zoológicos e botânicos, etc.

A criação de um site web bem como a produção de desdobráveis publicitários para o GNC-GA serão meios eficazes para atingir uma maior audiência, tanto ao nível nacional como internacional.

CAPÍTULO VIII - ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

8.1. Objectivos da Estratégia de Financiamento

São Tomé e Príncipe deu início à fase final do processo de elaboração da estratégia e do plano de acção da diversidade biológica. Os documentos produzidos no final deste processo não terão qualquer utilidade se o seu conteúdo não for recuperado objectivamente no terreno, em termos de projectos financiados numa base sustentável.

A maior parte dos financiadores tradicionais emite cada vez mais reservas sobre a capacidade de poder suportar individualmente o peso de financiamento dos projectos nos países em desenvolvimento. Várias razões estão na origem desta atitude, destacando-se a pressão dos respectivos contribuintes, a quem os governos impõem uma certa racionalização interna das despesas, por causa da luta contra o déficite, assim como o questionamento sobre a “rentabilidade” dos financiamentos operados nos países em desenvolvimento. Por fim, parece completamente legítimo que os subscritores possam, a dado momento, colocar a questão da sustentabilidade dos projectos, em função das suas novas intervenções financeiras.

Na era da mundialização e da emergência da nova economia, com o cortejo de novos instrumentos e de novas formas de fazer, torna-se imperativo que uma abordagem do financiamento da implementação de uma estratégia nacional e de um plano de acção de diversidade biológica possa produzir uma certa adaptação, otimizando o arsenal de conjunturas, de instrumentos e mesmo de predisposição actual de certos actores-chave, tanto a nível nacional como internacional.

A elaboração de uma estratégia de financiamento justifica-se pela necessidade cada vez mais crescente de interiorização dos mecanismos de financiamento. Esta estratégia de financiamento é a única que garante a rentabilidade dos financiamentos. Além disso, uma estratégia clara e coerente de financiamento constitui um instrumento forte de mobilização de fundos, com proveniência de diversas fontes, capazes de garantir uma lógica da adicionalidade. A estratégia de financiamento, que tem como pano de fundo o actual contexto local, nacional e internacional, permitirá também ir-se à procura de importantes actores até há bem pouco tempo ignorados, principalmente em termos de projectos ambientais: o sector privado.

A presente parte propõe uma abordagem, através da qual São Tomé e Príncipe entende mobilizar o conjunto dos actores subscritores, com o objectivo de estabelecer um mecanismo de financiamento sustentável das actividades propostas ao nível de acção nacional da diversidade biológica. Entende-se por subscrição todas as formas de contribuição, em material ou em dinheiro. Fazem também parte das contribuições, os pagamentos de salário aos empregados assalariados dos projectos.

Subscritores alvo:

Ao nível nacional:

- Estado santomense;
- Cooperação bi e multilateral;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

- Sector privado nacional (domínios agrícola, agro-alimentar, florestal, pesca, engenharia civil, petrolero, cervejaria, bancos, seguradoras, hoteleiro, aviação, etc.), comportando:
 - as corporações;
 - os empresários;
- as sociedades para-estatais e os serviços de lotaria nacional;
- os mecenas nacionais (comerciantes ou profissões liberais);
- as mutualistas, associações caritativas nacionais.

Ao nível internacional:

- as agências de ajuda tradicionais;
- os parques zoológicos e botânicos;
- determinados centros de pesquisa estrangeiros tendo como temas de pesquisa a prioridade de certas espécies específicas da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe;
- as companhias aéreas que operam em São Tomé e Príncipe (TAP, Air Gabon, etc.);
- as grandes revistas que tratam de questões ambientais (National Geographic, Revue GEO, etc.);
- as ONG internacionais.

8.2. Etapas do Processo

- Preparar um documento sucinto de apresentação da estratégia e do plano de acção da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe (desdobrável a cores destinado aos potenciais subscritores) e, se possível, um Website com mais pormenores. O desdobrável e o site deverão conter não somente a estratégia e o plano de acção mas de igual modo demonstrar como os potenciais subscritores deverão reforçar o seu envolvimento nessa parceria;
- Proceder num primeiro tempo à identificação dos subscritores potenciais dentro de cada categoria anteriormente mencionada (...);
- Efectuar uma sondagem-promoção junto dos subscritores potenciais seleccionados. Esta primeira sondagem deverá permitir à Coordenação do projecto responsável pela estratégia conhecer o perfil, os interesses e o grau de envolvimento social, real ou potencial, de cada um dos subscritores. A sondagem permitirá igualmente apreciar até que ponto os subscritores potenciais estão aptos a avançar no financiamento ou no apoio material às actividades propostas. Por fim, dará a ocasião aos subscritores potenciais de precisar como a sua contribuição financeira ou em material poderá ser rentabilizada do ponto de vista promocional. Esta sondagem deverá permitir também a identificação conjunta (projecto e subscritores) dos mecanismos através dos quais os subscritores poderão otimizar os serviços de uma possível estrutura de supervisão da implementação do plano de acção da diversidade biológica. Isto pressupõe que, do ponto de vista das acções a implementar, o mandato, o estatuto, o modo de funcionamento, incluindo os tipos de financiamento das actividades da nova estrutura, devam ser objecto de discussões prévias com os subscritores potenciais dos projectos identificados;
- Por outro lado, recomenda-se vivamente associar intimamente o Ministério da Cooperação em todo o processo de mobilização de financiadores;
- Mesa Redonda dos subscritores. É na sequência dos interesses expressos pelos subscritores potenciais que se fará a selecção das estruturas ou indivíduos que serão convidados para a

Mesa Redonda. É importante precisar que existem em determinados locais, em determinados países do Norte, nomeadamente no Canadá, mecanismos que permitem às firmas de engenharia ou outras aceder rapidamente a financiamentos da cooperação bilateral susceptíveis de serem utilizados em casos semelhantes. É portanto vivamente recomendável identificar e de convidar algumas dessas firmas, que operam ou têm interesses em São Tomé e Príncipe, mesmo se elas não estiverem categorizadas como subscritores directos;

- Tendo a visão global da estratégia de conservação da diversidade biológica de São Tomé e Príncipe identificado os recursos petrolíferos como instrumento fundamental que deve desempenhar um papel positivo e indispensável na conservação da biodiversidade, constituirá um imperativo a mobilização da contribuição financeira deste sector.

8.3. Preparação da Mesa Redonda com o apoio de uma consultoria internacional

- Produção de desdobrável;
- Produção de um site Web promocional;
- Finalização da lista de potenciais subscritores;
- Confecção e envio de um questionário de sondagem junto dos potenciais subscritores (por correio postal e/ou por Internet). Será necessário contactar previamente os subscritores potenciais, a fim de os sensibilizar para que possam responder às questões da sondagem, emitir as suas opiniões e manifestar as suas expectativas;
- Identificação dos participantes à Mesa Redonda;
- Convite;
- Realização da Mesa Redonda.

TERCEIRA PARTE

ANEXOS

ANEXOS A – Eixos Estratégicos para a Conservação da Biodiversidade

ANEXOS A-1 - Plano de Acção para a Conservação do Ecosistema Costeiro e Marinho e Utilização Sustentável dos seus Recursos

País: São Tomé e Príncipe Título: Plano de Acção e Estratégia para a Conservação da Biodiversidade	Custo Inicial do Programa: USD 1.166.000,00 Duração: 22 anos (2003-2025)
Eixo Estratégico: Ecosistema Costeiro e Marinho	Data de Elaboração: 2003

Intervenção Lógica	Plano de Acção	Indicadores de Cumprimento	Fontes de Verificação
Objectivo Geral			
1. Conservação da diversidade biológica marinho e costeiro		Estratégia Nacional de Conservação do Ecosistema Costeiro e Marinho elaborado Número de Espécies protegidas com relação ao total das ameaçadas	Estatísticas da Direcção das Pescas Estatísticas Ambientais
Objectivo Especifico			
1.1. O reforço da conservação “in situ”	<i>Ordenamento Espacial da Zona Costeira e Gestão Sustentável dos seus Recursos</i>	Plano de Ordenamento Espacial da Zona Costeira Elaborado	Relatórios do MOPIOT e do MRNMA
1.2. O reforço da conservação “ex situ”	<i>Criação de um Parque Marinho Nacional</i>	Uma rede nacional de áreas protegidas para espécies marinhas, criada e em funcionamento	Relatórios do MADRP
	<i>Estudos dos Recursos Haliêuticos marinhos</i>	Um Plano Nacional de utilização sustentável dos recursos haliêuticos elaborado	Relatórios do MADRP
	<i>Gestão Sustentável da Zona Económica Exclusiva Santomense</i>	Equipamentos de vigilância da ZEE instalados a nível nacional	Relatórios do Ministério da Defesa
	<i>Protecção das Tartarugas Marinhas</i>	Áreas de reprodução de tartarugas protegidas a nível nacional Estabilização do número de efectivos da sua população	Relatórios da ECOFAC e do MRNMA

Projecto nº. 1 : Ordenamento Espacial da Zona Costeira e Gestão Sustentável dos seus Recursos

Prioridade: Assegurar a conservação dos ecossistemas costeiros e dos recursos naturais.

Título: Ordenamento Espacial da Zona Costeira e Gestão Sustentável dos seus Recursos

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente

Parceiros nacionais: Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas e Ordenamento do Território, Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), Comunidades Locais e ONG's.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Promover a gestão adequada do espaço costeiro e dos recursos nele existentes;
- Identificar as componentes essenciais da diversidade biológica costeira;
- Assegurar a gestão adequada da pressão antrópica sobre a diversidade biológica costeira;
- Promover o reforço da conservação *ex* e *in situ* da diversidade biológica;
- Garantir a conservação das espécies ameaçadas e a reconstituição das suas populações;
- Estudar a viabilidade de adopção de formas alternativas e sustentáveis de exploração de areia e outros inertes costeiros;
- Estimular a participação das comunidades residentes nas áreas costeiras no processo de conservação destas e dos recursos a elas inerentes, com particular atenção para as tartarugas marinhas;

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores implicados no processo de ordenamento espacial das áreas costeiras e de gestão sustentável dos seus recursos;
2. Recolha e análise das informações sociais, económicas e culturais disponíveis sobre essas áreas e recursos, com especial ênfase no caso das tartarugas marinhas;
3. Levantamento topográfico e tratamento cartográfico das áreas costeiras;
4. Elaboração e implementação do correspondente plano de ordenamento espacial, com a clara definição de áreas para as diferentes actividades, sociais, económicas e de conservação;
5. Elaboração de um programa coerente de investigação a curto, médio e longo prazo sobre as tartarugas marinhas;
6. Definição e aplicação de medidas legislativas e administrativas de dissuasão e de estímulo.
7. Promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC) junto às comunidades locais, autoridades autárquicas e à população em geral, em matéria de ocupação do espaço costeiro e de utilização racional dos seus recursos;

8. Seguimento e avaliação das actividades programadas.

Custos estimados: 435 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 3 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores implicados no processo de ordenamento espacial das áreas costeiras e de gestão sustentável dos seus recursos	120	80	20	20
2	Recolha e análise das informações sociais, económicas e culturais disponíveis sobre essas áreas e recursos, com especial ênfase no caso das tartarugas marinhas	40	25	15	-
3	Levantamento topográfico e tratamento cartográfico das áreas costeiras	150	50	70	30
4	Elaboração e implementação do correspondente plano de ordenamento espacial, com a clara definição de áreas para as diferentes actividades, sociais, económicas e de conservação	20	-	10	10
5	Elaboração e arranque de um programa coerente de investigação a curto, médio e longo prazo sobre as tartarugas marinhas	50	10	20	20
6	Definição e aplicação de medidas legislativas e administrativas de dissuasão e de estímulo	15	-	10	5

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

7	Promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC) junto às comunidades locais, autoridades autárquicas e à população em geral, em matéria de ocupação do espaço costeiro e de utilização racional dos seus recursos	25	5	10	10
8	Seguimento e avaliação das actividades programadas.	15	-	5	10
Total		435	170	160	105

Projecto nº. 2: Gestão sustentável da Zona Económica Exclusiva (ZEE) .

Prioridade: Assegurar a conservação dos ecossistemas marinhos e dos recursos biológicos.

Título: Conservação do ecossistema marinho e dos seus recursos biológicos

Organismos responsáveis: Ministério de Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP)

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (MRNMA), o Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério do Plano e Finanças (MPF), ONG's e as Comunidades Locais.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Identificar as componentes essenciais da biodiversidade marinha, com particular incidência sobre os recursos haliêuticos, no quadro de uma política de compatibilização e equilíbrio entre a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos recursos que esta oferece;
- Promover investigações que visem a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos seus recursos;
- Desenvolver uma rede nacional de áreas protegidas dos ecossistemas marinhos;
- Garantir a observância de práticas mais apropriadas, quer do ponto de vista económico, quer ecológico, de pesca na ZEE;
- Adoptar uma política coerente e sustentável de vigilância da ZEE e velar pela sua correcta aplicação, mediante um maior envolvimento e responsabilização de todos os intervenientes no processo de conservação dos recursos haliêuticos nacionais.
- Promover a cooperação sub-regional, regional e internacional para a conservação da diversidade biológica e acesso à utilização sustentável dos recursos haliêuticos, assim como à partilha justa e equitativa dos benefícios da sua exploração.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores e instituições que lidam com a temática relativa à generalidade dos recursos haliêuticos e biológicos disponíveis na ZEE;
2. Recolha e análise de informações sobre os recursos biológicos e as actividades piscatórias na ZEE;
3. Identificação e avaliação dos impactos que ameaçam os recursos biológicos marinhos da ZEE e definição e aplicação de medidas, legais e administrativas, susceptíveis de os controlar;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

4. Definição e aplicação de um Programa de Investigação para a conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos da ZEE, incluindo a inventariação dos ecossistemas marinhos e a cartografia dos biótopos;
5. Criação do Parque Marinho Nacional;
6. Elaboração e adopção de um Plano de Conservação dos recursos haliêuticos;
7. Promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC), em matéria de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável das suas componentes, destinados aos agentes públicos e privados do ramo das pescas;
8. Desenvolvimento de um mecanismo de concertação ao nível regional e subregional para a fiscalização das actividades na ZEE;
9. Seguimento e avaliação das actividades e consequente divulgação dos seus resultados.

Custos estimados: 705 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 3 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores e instituições que lidam com a temática relativa à generalidade dos recursos haliêuticos e biológicos disponíveis na ZEE	250	120	80	50
2	Recolha e análise de informações sobre recursos biológicos e actividades piscatórias na ZEE	35	15	10	10
3	Identificação e avaliação dos impactos que ameaçam os recursos biológicos marinhos da ZEE e definição e aplicação de medidas legais e administrativas, susceptíveis de os controlar	70	15	25	30
4	Definição e aplicação de um Programa de Investigação para a conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos da ZEE, incluindo a inventariação	80	20	30	30

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

	dos ecossistemas marinhos e a cartografia dos biótopos				
5	Criação do Parque Marinho Nacional	150	50	70	30
6	Elaboração e adopção de um Plano de Conservação dos recursos haliêuticos	20	-	-	20
7	Promoção de programas de informação, educação e comunicação (IEC), em matéria de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável das suas componentes, destinados aos agentes públicos e privados do ramo das pescas	15	5	5	5
8	Desenvolvimento de um mecanismo de concertação ao nível regional e subregional para a fiscalização das actividades na ZEE	60	-	20	40
9	Seguimento e avaliação das actividades e consequente divulgação dos seus resultados	25	5	10	10
Total		705	230	250	225

ANEXOS A-2 - Plano de Acção para a Conservação dos Ecossistemas de Águas Interiores e Utilização Sustentável dos seus Recursos

País: São Tomé e Príncipe	Custo Inicial do Programa: USD 670.000,00
Título: Plano de Acção e Estratégia para Conservação da Biodiversidade	Duração: 22 anos (2003-2025)
Eixo Estratégico: Ecossistema de Águas Interiores	Data de Elaboração: 2003

Intervenção Lógica	Plano de Acção	Indicadores de Cumprimento	Fontes de Verificação
Objectivo Geral			
1.Conservação da diversidade biológica do Ecossistema de Águas Interiores			
Objectivo Especifico			
1.1.Identificar as componentes dos recursos biológicos das águas interiores e determinar o seu potencial	<i>Conservação da Diversidade Biológica e utilização sustentável dos Recursos Biológicos das Águas Interiores</i>	Um Plano de Conservação e Valorização dos Recursos Biológicos das Águas Interiores elaborado	Relatórios do MRNMA
1.2.Estimular a valorização dos referidos recursos	<i>Elaboração de Estudos sobre a Fauna das Águas Interiores</i> <i>Elaboração do Plano de Gestão das Áreas Pantanosas</i> <i>Criação de áreas Protegidas nos Ecossistemas Húmidos</i>	Faunas de Águas Interiores com Plano de Inventariação devidamente elaborado Plano Director das Áreas Pantanosas elaborado e a ser implementado Inventario da Biodiversidade dos ecossistemas húmidos elaborado e com plano de conservação a ser implementado	

Projecto nº. 1: Conservação da Diversidade Biológica e dos Recursos Biológicos das Águas Interiores

Prioridade: Assegurar a conservação e a utilização sustentável dos recursos biológicos das águas interiores santomenses.

Título: Conservação da Diversidade Biológica e dos Recursos Biológicos das Águas Interiores

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (MRNMA),

Parceiros nacionais: Ministério de Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), ONG's e as Comunidades Locais.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Identificar as zonas húmidas susceptíveis de apresentar uma importância nacional e/ou internacional, em matéria de diversidade biológica;
- Inventariar as espécies faunísticas e florísticas ao nível dessas zonas e determinar a sua importância relativa;
- Identificar as diversas componentes do ecossistema de águas interiores e determinar o seu potencial, em matéria de recursos biológicos;
- Criar áreas húmidas protegidas, com planos de gestão que envolvam os membros das comunidades circunvizinhas, com vista à conservação e gestão sustentável dos recursos biológicos ali existentes;
- Estabelecer um sistema que garanta a protecção das espécies aquáticas ameaçadas;
- Adoptar uma política coerente e sustentável de conservação dos ecossistemas de águas interiores e velar pela sua correcta aplicação, mediante maior envolvimento e responsabilização, em particular de todas as estruturas e agentes implicados no processo.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores chamados a lidar com os ecossistemas de águas interiores e os recursos biológicos neles existentes;
2. Inventário da diversidade biológica dos ecossistemas aquáticos;
3. Identificação e avaliação das espécies e dos ecossistemas das zonas húmidas;
4. Constituição de um banco de dados;
5. Delimitação, classificação e adopção de um Plano de gestão das áreas a serem protegidas;
6. Cartografia das referidas áreas e, em geral, dos ecossistemas de águas interiores;
7. Elaboração de um Plano de Conservação dos recursos biológicos das águas interiores;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

8. Organização e formação especializada de grupos vocacionados para a valorização e exploração racional desses recursos;
9. Promoção de programas IEC junto às populações e comunidades ribeirinhas;
10. Seguimento e avaliação das actividades;
11. Difusão dos resultados.

Custos estimados: 440 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10% do valor total do projecto

Duração: 3 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores chamados a lidar com os ecossistemas de águas interiores e os recursos biológicos neles existentes	100	50	30	20
2	Inventário da diversidade biológica dos ecossistemas aquáticos	75	30	30	15
3	Identificação e avaliação das espécies e dos ecossistemas das zonas húmidas	40	20	20	-
4	Constituição de um banco de dados	20	-	10	10
5	Delimitação, classificação e adopção de um Plano de gestão das áreas a serem protegidas	50	-	30	20
6	Cartografia das referidas áreas e, em geral, dos ecossistemas de águas interiores	50	-	30	20
7	Elaboração de um Plano de Conservação dos recursos biológicos das águas interiores	20	-	10	10
8	Organização e formação especializada de grupos vocacionados para a valorização e exploração racional desses recursos	30	-	20	10

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

9	Promoção de programas IEC junto às populações e comunidades ribeirinhas	30	10	10	10
10	Seguimento e avaliação das actividades	20	-	10	10
11	Difusão dos resultados.	5	-	-	5
Total		440	110	200	130

ANEXOS A-3 - Plano de Acção Para a Conservação do Ecossistema Florestal e Utilização Sustentável dos Seus Recursos

País: São Tomé e Príncipe Título: Plano de Acção e Estratégia para Conservação da Biodiversidade	Custo Inicial do Programa: USD 2.072.000,00 Duração: 22 anos (2003-2025)
Eixo Estratégico: Ecossistema Florestal	Data de Elaboração: 2003

Intervenção Lógica	Plano de Acção	Indicadores de Cumprimento	Fontes de Verificação
Objectivo Geral			
1. Conservação da Diversidade Biológica do Ecossistema Florestal			
Objectivo Especifico			
1.1.Melhorar a forma de exploração de todo o tipo de florestas	<i>Gestão ecologicamente viável das florestas</i>	Um Plano de Gestão Sustentável das Florestas elaborado	Relatórios do MADRP
1.2.Restaurar as áreas de florestas degradadas	<i>Repovoamento florestal</i>	Áreas florestais reflorestadas	Relatórios do MADRP
1.3.Fazer dos Parques Naturais e das áreas protegidas um elemento fundamental para o desenvolvimento rural	<i>Gestão da zona periférica às áreas dos Parques Naturais (Ôbô) e a outras áreas protegidas</i>	População da Zona Periférica ao Parque Natural integrada na gestão do mesmo	Relatórios do MRNMA
1.4.Realizar um inventário da Fauna selvagem nos respectivos habitats	<i>Inventário Nacional da Fauna Selvagem</i>	Um Plano para a conservação e utilização sustentável dos recursos da fauna selvagem elaborado e a ser implementado	Relatórios do MRNMA
1.5.Constituir uma colecção nacional de referencia sobre as principais árvores do país	<i>Criação de um Arboreto</i>	Um inventário e uma colecção de referência sobre as principais árvores do país elaborados	Relatórios do MADRP
1.6.Constituir uma colecção nacional de espécies florísticas, com maior destaque para as endémicas	<i>Alargamento e enriquecimento do actual Jardim Botânico e do Herbário</i>	Jardim botânico de Bom Sucesso com uma maior extensão e maior diversidade florística	Relatórios do Jardim Botânico
1.7. Integrar usos e costumes tradicionais na estratégia de conservação da biodiversidade florestal e de utilização sustentável dos seus recursos	<i>Recenseamento e codificação dos usos e costumes tradicionais ligados à Conservação da Biodiversidade florestal</i>	Um plano de conservação baseado em métodos tradicionais elaborado e a ser implementado	Relatórios do MADRP e do MRNMA

Projecto nº.1: Gestão Ecologicamente Viável Das Florestas

Prioridade: Assegurar uma gestão ecológica das florestas

Título: Gestão ecologicamente viável das florestas

Organismos responsáveis: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP)

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Ministério de Educação, Pequenos Agricultores, Médias e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa

Objectivos:

- Melhorar a forma de exploração de todo o tipo de florestas;
- Restaurar as áreas de florestas degradadas;
- Definir os princípios e os métodos a aplicar com vista à utilização sustentável dos recursos biológicos dos diferentes tipos de florestas;
- Identificar o papel dos diferentes elementos que fazem parte do ecossistema florestal e do seu papel na manutenção das funções ecológicas no referido ecossistema;
- Aplicação do Plano de gestão florestal.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática florestal;
2. Recolha e análise de informações disponíveis;
3. Inquérito socio-económico sobre as florestas;
4. Inventário e avaliação de todos os tipos de florestas;
5. Análise e interpretação dos dados recolhidos;
6. Cartografia de todos os tipos de florestas;
7. Identificação dos recursos biológicos actualmente explorados;
8. Identificação dos principais utilizadores;
9. Determinação dos factores ecológicos que permitem melhorar a gestão das florestas;
10. Adopção e aplicação do Plano de Gestão das florestas;
11. Educação, sensibilização e formação da população.

Custos estimados: USD 350 000

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 3 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática florestal	60	30	15	15
2	Recolha e análise de informações disponíveis	15	5	5	5
3	Inquérito sócio-económico sobre as florestas	20	10	5	5
4	Inventário e avaliação de todos os tipos de florestas	75	40	15	15
5	Análise e interpretação dos dados recolhidos	15	8	4	3
6	Cartografia de todos os tipos de florestas	50	25	15	10
7	Identificação dos recursos biológicos actualmente explorados	30	10	10	10
8	Identificação dos principais utilizadores	10	5	3	2
9	Determinação dos factores ecológicos que permitem melhorar a gestão das florestas	30	15	10	5
10	Adopção e aplicação do Plano de Gestão das florestas	25	15	5	5
11	Educação, sensibilização, formação da população	20	10	5	5
Total		345	173	92	80

Projecto nº 2: Gestão da Zona Periférica às Áreas dos Parques Naturais (Ôbô) e a outras Áreas Protegidas

Prioridade: Desenvolvimento de mecanismos de motivação aplicável no domínio de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

Título: Gestão da zona periférica às áreas dos Parques Naturais (Ôbô) e a outras áreas protegidas.

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente.

Parceiros nacionais: Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas, Pequenos Agricultores, Médias e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa.

Objectivos:

- Fazer dos Parques Naturais e das áreas protegidas um elemento fundamental para o desenvolvimento rural;
- Favorecer o intercâmbio de experiências no domínio de gestão dos Parques Naturais e das áreas protegidas;
- Promover a participação das populações periféricas no quadro das actividades a desenvolver nos Parques Naturais e outras áreas protegidas, como meio para um relacionamento mais harmonioso e equilibrado entre as partes envolvidas.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática da conservação das áreas protegidas;
2. Recolha e análise de informações disponíveis;
3. Inquérito socio-económico sobre as populações periféricas às áreas protegidas e aos Parques Naturais;
4. Inventário do espaço e definição da vocação dos solos;
5. Cartografia dos Parques Naturais e áreas protegidas, assim como das respectivas zonas periféricas;
6. Elaboração do projecto de Plano de Gestão dos Parques Naturais e áreas protegidas, assim como das respectivas zonas periféricas;
7. Atelier de concertação intersectorial, para validação e aprovação do Plano;
8. Informação, sensibilização e formação das referidas populações;
9. Implementação das acções previstas no Plano;
10. Seguimento e avaliação das actividades.

Custos estimados: 193 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática da conservação das áreas protegidas	40	25	15
2	Recolha e análise de informações disponíveis	5	5	-
3	Inquérito socio-económico sobre as populações periféricas às áreas protegidas e aos Parques Naturais	30	30	-
4	Inventário do espaço e definição da vocação dos solos	50	35	15
5	Cartografia dos Parques Naturais e áreas protegidas, assim como das respectivas zonas periféricas	40	25	15
6	Elaboração do projecto de Plano de Gestão dos Parques Naturais e áreas protegidas, assim como das respectivas zonas periféricas	10	3	7
7	Atelier de concertação intersectorial, para validação e aprovação do Plano	3	-	3
8	Informação, sensibilização e formação das referidas populações	10	-	10
9	Implementação das acções previstas no Plano	-	-	-
10	Seguimento e avaliação das actividades	5	-	5
Total		193	123	70

Projecto nº 3: Repovoamento Florestal

Prioridade: Criar as bases para uma exploração ecologicamente sustentável dos recursos florestais.

Título: Repovoamento Florestal

Organismos responsáveis: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Pequenos Agricultores, Médias e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's Internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa.

Objectivos:

- Enriquecer os conhecimentos de base sobre as principais árvores que compõem a floresta nacional, com especial atenção para as espécies endémicas e/ou indígenas e as respectivas características fenológicas e genéticas;
- Classificar as diferentes espécies identificadas, em função das diferentes zonas edafoclimáticas e reforçar a capacidade de conservação e eventual multiplicação das mesmas;
- Promover as capacidades tecnológicas e de investigação no domínio da conservação das florestas, com particular atenção para as espécies endémicas e/ou indígenas;
- Constituir uma colecção nacional de referência sobre as principais árvores do país e promover o acesso à mesma;
- Restaurar os ecossistemas florestais degradados, no sentido de salvaguardar a diversidade do património arbóreo nacional;
- Envolver os decisores e utilizadores nos planos de conservação da biodiversidade florestal e de utilização sustentável dos recursos a ela inerentes;
- Dispor de um quadro legal, institucional, organizativo e financeiro, capaz de incentivar e promover a participação activa das populações e comunidades locais no processo de conservação das florestas;

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores que lidam com a problemática das florestas;
2. Definição e fixação de critérios de selecção das espécies a serem estudadas e sua inventariação;
3. Recolha e análise das informações disponíveis sobre as principais espécies arbóreas seleccionadas, incluindo espécies endémicas e/ou indígenas;
4. Recolha e tratamento de sementes das espécies seleccionadas e constituição de uma colecção de referência das mesmas;
5. Criação de um banco de sementes das espécies endémicas e/ou indígenas;
6. Criação do Arboreto e formulação do respectivo plano de acção;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

7. Estabelecimento de um sistema nacional de avaliação da Natureza e dos recursos florestais, com vista à identificação das áreas degradadas e à estimação dos custos de recuperação;
8. Reabilitação das áreas degradadas;
9. Promoção das actividades de pesquisa e investigação, a favor da conservação e utilização sustentável dos recursos florestais;
10. Adopção de medidas legislativas, institucionais, organizativas e financeiras, susceptíveis de promover e garantir a participação activa das populações no processo de conservação das florestas;
11. Aquisição e aproveitamento de informações e experiências de outros países e organizações internacionais especializadas nessa matéria;
12. Promoção de programas de informação, educação e comunicação – IEC, junto a responsáveis políticos e administrativos e às próprias populações;
13. Seguimento e avaliação das actividades;
14. Difusão dos resultados.

Custos estimados: 695 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor total do Projecto.

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores que lidam com a problemática das florestas	125	75	30	20
2	Definição e fixação de critérios de selecção das espécies a serem estudadas e sua inventariação	25	10	15	-
3	Recolha e análise das informações disponíveis relacionadas com as principais espécies arbóreas seleccionadas, incluindo espécies endémicas e/ou indígenas	45	25	20	-
4	Recolha e tratamento de sementes das espécies seleccionadas e constituição de uma colecção de referência das	65	-	35	30

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

	mesmas				
5	Criação do banco de sementes das espécies endémicas e/ou indígenas	20	-	10	10
6	Criação do Arboreto e formulação do respectivo plano de acção	80	30	30	20
7	Estabelecimento de um sistema nacional de avaliação da Natureza e dos recursos florestais, com vista a identificação das áreas degradadas e à estimação dos custos de recuperação	80	-	50	30
8	Reabilitação das áreas degradadas	65	-	25	40
9	Promoção das actividades de pesquisa e investigação a favor da conservação e utilização sustentável dos recursos florestais	30	10	10	10
10	Adopção de medidas legislativas, institucionais, organizativas e financeiras, susceptíveis de promover e garantir a participação activa das populações no processo de conservação das florestas	60	-	30	30
11	Aquisição e aproveitamento de informações e experiências de outros países e organizações internacionais especializadas nessa matéria	30	10	10	10
12	Promoção de programas de informação, educação e comunicação – IEC, junto a responsáveis políticos e administrativos e às próprias populações	25	5	10	10
13	Seguimento e avaliação das actividades	15	5	5	5
14	Difusão dos resultados	5	-	-	5
	TOTAL	670	170	280	220

Projecto nº. 4: Inventário Nacional da Fauna Selvagem

Prioridade: Identificação das componentes da Diversidade biológica

Título: Inventário Nacional da Fauna Selvagem

Organismo responsável: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) / Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente (MRNA)

Parceiros nacionais: ONG's, Comunidades Locais e Autarquias Locais

Parceiros internacionais: PNUA, UICN, WWF, GTZ e FAO

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, USAID, FIDA, BM, BAD

Objectivos:

- Realizar um inventário da Fauna selvagem nos seus principais ecossistemas;
- Adquirir conhecimentos básicos necessários para a utilização sustentável dos recursos da Fauna selvagem e permitir a gestão das actividades de caça, assim como a valorização dos seus produtos;
- Favorecer a integração da conservação e utilização sustentável da Fauna selvagem no processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática da Fauna selvagem;
2. Recolha e análise de informações disponíveis sobre essas espécies;
3. Informação e sensibilização junto aos caçadores e as autoridades implicadas;
4. Inventariação da diversidade biológica da fauna selvagem;
5. Criação e gestão da correspondente base de dados.

Custos estimados: USD 131 000

Financiamento externo:

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Estimação detalhada de custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com a problemática da Fauna selvagem	40	20	20
2	Recolha e análise de informações disponíveis sobre estas espécies	15	7.500	7.500
3	Informação e sensibilização junto aos caçadores e as autoridades implicadas	6	3	3
4	Inventariação da diversidade biológica da fauna selvagem	20	15	5
5	Criação e gestão da correspondente base de dados	50	30	20
Total		131	75,5	55,5

Projecto nº. 5: Alargamento e enriquecimento do actual Jardim Botânico e do Herbário

Prioridade: Fomentar a investigação no domínio da Botânica, com vista à conservação da diversidade biológica.

Título: Alargamento e enriquecimento do actual Jardim Botânico e do Herbário.

Organismos responsáveis: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Pequenos Agricultores, Médias e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa.

Objectivos:

- Promover a conservação “ex situ”;
- Ampliar os conhecimentos sobre a Flora sãotomense;
- Constituir uma colecção nacional de espécies florísticas, com maior destaque para as endémicas;
- Promover e facilitar o acesso a tais colecções a investigadores, estudiosos, estudantes e outros grupos igualmente interessados no conhecimento mais aprofundado acerca da Flora nacional;
- Divulgar informação e conhecimentos acerca da riqueza florística do país, através de actividades de carácter lúdico e de lazer, designadamente visitas de estudo, excursões, passeios guiados e concursos da especialidade.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores que lidam com a problemática do Jardim Botânico e do Herbário;
2. Identificação e localização de novas áreas, para ampliação das actuais instalações;
3. Melhoria de estruturas básicas com vista a uma melhor acomodação e tratamento das espécies existentes e em especial, das endémicas e das ameaçadas;
4. Inventariação de novas espécies a serem transferidas para o Jardim Botânico e para o Herbário;
5. Constituição da colecção de referencia de espécies florísticas;
6. Seguimento e avaliação dos resultados.

Custos estimados: 250 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Duração: 3 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores que lidam com a problemática do Jardim Botânico e do Herbário	30	20	10	-
2	Identificação e localização de novas áreas, para ampliação das actuais instalações	10	10	-	-
3	Melhoria de estruturas básicas com vista a uma melhor acomodação e tratamento das espécies existentes e em especial, das endémicas e das ameaçadas	100	20	40	40
4	Inventariação de novas espécies a serem transferidas para o Jardim Botânico e no Herbário	50	20	20	10
5	Constituição da colecção de referencia de espécies florísticas	40	10	20	10
6	Seguimento e avaliação dos resultados	20	-	10	10
Total		250	80	100	70

Projecto nº 6: Recenseamento e Codificação de Usos e Costumes Tradicionais, ligados à Conservação da Biodiversidade

Prioridade: Reforço da conservação “in situ” da diversidade biológica

Título: Recenseamento e Codificação de Usos e Costumes Tradicionais, ligados à Conservação da Biodiversidade

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente

Parceiros nacionais: MADRP, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (MCIT), Comunicação Social, Comunidades Locais e ONG’s

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG’s internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, Cooperação Francesa

Objectivos:

- Inventariar os principais conhecimentos tradicionais de conservação e protecção da biodiversidade e de utilização sustentável dos seus recursos, com o fim de os integrar no processo de avaliação, preservação e na estratégia de conservação.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com o processo de conservação dos ecossistemas;
2. Recolha e análise de informações disponíveis relacionadas com a questão;
3. Inventário e análise dos conhecimentos práticos e tradicionais de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável das suas componentes;
4. Análise da legislação existente relativa ao acesso, à protecção e à promoção dos direitos de propriedade dos possuidores de conhecimentos tradicionais de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável dos seus recursos;
5. Inventário dos conhecimentos ligados a espécies medicinais, utilizadas em diferentes zonas do país;
6. Informação e sensibilização da população sobre métodos e técnicas tradicionais de conservação da biodiversidade;
7. Avaliação e divulgação dos resultados.

Custos estimados: USD 53 000

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com o processo de conservação dos ecossistemas	10	5	5
2	Recolha e análise de informações disponíveis relacionadas com a questão	6	3	3
3	Inventário e análise dos conhecimentos práticos tradicionais de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável das suas componentes	10	7	3
4	Análise da legislação existente relativa ao acesso, à protecção e a promoção dos direitos de propriedade dos possuidores de conhecimentos tradicionais de conservação da diversidade biológica e de utilização sustentável dos seus recursos	2	1	1
5	Inventário dos conhecimentos ligados a espécies medicinais utilizadas em diferentes zonas do país	10	5	5
6	Informação e sensibilização da população sobre métodos e técnicas tradicionais de conservação da biodiversidade	10	5	5
7	Avaliação e divulgação dos resultados	5	2	3
Total		53	28	25

ANEXOS A-4 - Plano de Acção para a Conservação do Ecossistema Agrário e Utilização Sustentável dos seus Recursos

País: São Tomé e Príncipe Título: Plano de Acção e Estratégia para Conservação da Biodiversidade	Custo Inicial do Programa: USD 1.525.000,00 Duração: 22 anos (2003-2025)
Eixo Estratégico: Ecossistema Agrário	Data de Elaboração: 2003

Intervenção Lógica	Plano de Acção	Indicadores de Cumprimento	Fontes de Verificação
Objectivo Geral			
1. Conservação da diversidade biológica do Ecossistema Agrário			
Objectivo Específico			
1.1. Dispor de dados e de informações pertinentes sobre o ecossistema agrário, com vista à sua melhor gestão e utilização sustentável dos seus recursos	<i>Inventário dos principais recursos biológicos do ecossistema agrário</i>	Uma base de dados com principais recursos biológicos do ecossistema agrário elaborada	Relatórios do MADRP
1.2. Constituir uma colecção nacional de referência sobre as principais culturas alimentares e frutícolas	<i>Constituição de uma colecção de base das principais culturas alimentares e frutícolas de São Tomé e Príncipe</i>	Uma colecção das principais culturas alimentares e frutícolas elaboradas	Relatórios do MADRP
1.3. Promover a conservação, valorização e utilização sustentável das espécies frutícolas espontâneas	<i>Constituição de uma colecção de espécies frutícolas de carácter espontâneo, com vista à sua conservação, valorização e utilização sustentável</i>	Uma colecção das principais espécies frutícolas espontâneas constituídas	Relatórios do MADRP
1.4. Identificar espécies mais adaptáveis às diferentes zonas edafoclimáticas	<i>Enriquecimento de campos de germoplasma, vegetal e animal, pela contribuição de genes do estrangeiro e de outras variedades</i>	Campos de germoplasma instalados e/ou enriquecidos	Relatórios do MADRP
1.5. Salvaguardar a identidade das características genéticas das espécies pecuárias localmente adaptadas	<i>Criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Pecuário</i>	Centro de pesquisa das espécies pecuárias, criado e em funcionamento	Relatórios do MADRP

Projecto nº. 1: Valorização dos Ecossistemas Agrícolas

Prioridade: Identificação das componentes da diversidade biológica

Título: Valorização dos ecossistemas agrícolas

Organismo responsável: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, pequenas e médias empresas agrícolas, Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços, ONG's e Comunidades Locais

Parceiros internacionais: FAO, PNUA, UICN e ONG's

Parceiros financeiros: FEM, FIDA, USAID, PNUD, EU, Cooperação Francesa

Objectivos:

- Dispor de dados e informações pertinentes sobre o ecossistema agrário, com vista à salvaguarda da diversidade do património vegetal cultivado, mediante a sua melhor gestão e utilização sustentável;
- Aprofundar e enriquecer em particular o conhecimento de base sobre as principais culturas alimentares e frutícolas nacionais, incluindo as de carácter espontâneo;
- Promover a cooperação entre as instituições nacionais de pesquisa agronómica e suas congéneres estrangeiras e internacionais;
- Favorecer a conservação e utilização sustentável das variedades locais e fomentar a criação de variedades melhoradas;
- Constituir uma colecção nacional de referência sobre as principais culturas alimentares e frutícolas, incluindo as de carácter espontâneo.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores e serviços vocacionados para o estudo, a conservação e a valorização do ecossistema agrário;
2. Recolha e análise de informações disponíveis sobre o referido ecossistema;
3. Inventário da diversidade biológica do ecossistema agrário, com particular incidência sobre as espécies alimentares e frutícolas, incluindo as de carácter espontâneo e sua localização;
4. Cartografia do ecossistema agrário e constituição do correspondente banco de dados;
5. Elaboração de uma carta de distribuição das espécies alimentares e frutícolas, incluindo as de carácter espontâneo;
6. Constituição de uma colecção de referência das referidas espécies;
7. Promoção da investigação científica e técnica, em especial sobre as espécies alimentares e frutícolas de carácter espontâneo;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

8. Definição e implementação do competente programa de valorização, multiplicação e vulgarização;
9. Desenvolvimento de programas de informação, educação e comunicação (IEC) sobre a matéria, junto aos agentes de vulgarização e aos beneficiários do programa;
10. Seguimento e avaliação das actividades programadas;
11. Divulgação dos resultados.

Custos estimados: USD 430 000

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004		2005
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores e serviços vocacionados para o estudo, a conservação e a valorização do ecossistema agrário	80	35	30	15
2	Recolha e análise de informações disponíveis sobre o referido ecossistema	15	10	5	-
3	Inventário da diversidade biológica do ecossistema agrário, com particular incidência sobre as espécies alimentares e frutícolas, incluindo as de carácter espontâneo e sua localização	15	10	5	-
4	Cartografia do ecossistema agrário e constituição do correspondente banco de dados	85	15	30	40
5	Elaboração de uma carta de distribuição das espécies alimentares e frutícolas, incluindo as de carácter espontâneo	25	-	15	10
6	Constituição de uma colecção de referência das referidas	35	-	15	20

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

	espécies				
7	Promoção da investigação científica e técnica, em especial sobre as espécies alimentares e frutícolas de carácter espontâneo	60	10	30	20
8	Definição e implementação do competente programa de valorização, multiplicação e vulgarização	75	20	30	25
9	Desenvolvimento de programas de informação, educação e comunicação (IEC) sobre a matéria, junto aos agentes de vulgarização e aos beneficiários do programa	15	5	5	5
10	Seguimento e avaliação das actividades programadas	30	10	10	10
11	Divulgação dos resultados	5	-	-	5
Total		430	115	175	140

Projecto nº. 2: Criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Pecuário

Prioridade: Desenvolvimento de programas de investigação aplicada, que permitam, por um lado, o controlo e a preservação da diversidade biológica e, por outro, o aumento do nível de rendimento da produção animal mediante o incremento da produtividade por espécie.

Título: Criação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Pecuário

Organismos responsáveis: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Pequenos Agricultores, Médias e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa.

Objectivos:

- Aprofundar os conhecimentos de base sobre as principais espécies pecuárias existentes no país, incluindo as rústicas;
- Salvaguardar a identidade das características genéticas das espécies localmente adaptadas e promover a sua vulgarização;
- Divulgar e tornar mais acessível a informação acerca das espécies rústicas existentes no país;
- Pesquisar sobre a identidade das características genéticas e morfológicas das mesmas e definir programas para a sua protecção e valorização;
- Promover as capacidades tecnológicas e de investigação no domínio da pecuária, da zootecnia e da medicina veterinária;
- Aumentar o nível de rendimento da produção animal, mediante o incremento da produtividade por espécie;

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores chamados a lidar com a problemática da investigação animal, em geral e, em particular, no domínio do tratamento e enriquecimento de germoplasma;
2. Recolha e análise das informações disponíveis sobre a matéria;
3. Inventariação das principais espécies pecuárias existentes e sua distribuição territorial;
4. Inventariação das principais espécies rústicas existentes e determinação do seu grau de vulnerabilidade;
5. Criação do Centro e definição do correspondente Programa de actividades;
6. Obtenção e aproveitamento de informações e experiências de outros países e de organismos internacionais especializados na matéria;
7. Definição e fixação de critérios de selecção das espécies a serem estudadas;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

8. Criação de condições para a implantação de campos, instalações e outros meios e equipamentos, destinados ao enriquecimento de germoplasma;
9. Desenvolvimento das operações de enriquecimento de germoplasma das espécies seleccionadas;
10. Seguimento e avaliação das acções programadas;
11. Difusão dos resultados.

Custos estimados: 730 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto.

Duração: 3 anos

Data de início:

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado		
			2004	2005	2006
1	Reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais dos sectores chamados a lidar com a problemática da investigação animal, em geral e, em particular, no domínio do tratamento e enriquecimento de germoplasma	140	25	75	40
2	Recolha e análise das informações disponíveis sobre a matéria	10	10	-	-
3	Inventariação das principais espécies pecuárias existentes e sua distribuição territorial	10	5	5	-
4	Inventariação das principais espécies rústicas existentes e determinação do seu grau de vulnerabilidade	15	10	5	-
5	Criação do Centro e definição do correspondente Programa de actividades	350	75	150	125
6	Obtenção e aproveitamento de informações e experiências de outros países e de organismos internacionais especializados na matéria	15	5	5	5
7	Definição e fixação de critérios de selecção das	5	-	5	-

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

	espécies a serem estudadas				
8	Criação de condições para a implantação de campos, instalações e outros meios e equipamentos, destinados ao enriquecimento de germoplasma	80	30	30	20
9	Desenvolvimento das operações de enriquecimento de germoplasma das espécies seleccionadas	60	-	30	30
10	Seguimento e avaliação das acções programadas	35	10	10	15
11	Difusão dos resultados	10	-	5	5
Total		730	170	320	240

ANEXOS A-5 – Plano de Acção para o Reforço do Quadro Institucional e Legal

Objectivo fundamental: A conservação da Biodiversidade e a utilização dos seus recursos, com base num Quadro Institucional e Legal coerente, mais vigoroso e actual

Sub-objectivo nº 1: Reforço do Quadro Institucional, e as acções:

- 21. Reforço das acções intersectoriais das diversas instituições do Estado no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade;*
- 22. Formação de recursos humanos adicionais qualificados no domínio da conservação e da gestão sustentável da Biodiversidade, incluindo guardas florestais, ecoguardas, botânicos, zoólogos, ecologistas e outros;*
- 23. Elaboração e aprovação do Plano de gestão do Parque Natural;*
- 24. Elaboração de um programa de aperfeiçoamento técnico em Agro-florestaria, Etnobotânica e Farmacopeia;*
- 25. Criação de uma estrutura pública, para promoção e seguimento da utilização adequada das plantas medicinais;*
- 26. Criação de um sistema nacional de recolha e processamento de informação tecnológica sobre o funcionamento de Jardins Botânicos e Herbários ao nível internacional;*
- 27. Aprovação e aplicação do Plano Nacional de Desenvolvimento florestal;*
- 28. Criação de um Fundo Fiduciário;*
- 29. Promoção de parcerias entre o sector privado, as ONG's e as populações locais, no domínio da Biodiversidade;*
- 30. Maior envolvimento do Estado nos processos e acções visando a melhoria da operacionalidade e eficácia das estruturas de apoio existentes (associações de pequenos agricultores, cooperativas de médias empresas agrícolas, programas de vulgarização agrícola e outras).*

Sub-objectivo nº 2: Reforço do quadro legal e regulamentar, e as acções:

- 19. Criação de mecanismos conducentes à aplicação e à observância efectivas da legislação já aprovada e publicada, em matéria de conservação e gestão sustentável da Biodiversidade;*
- 20. Aprovação, publicação e entrada em vigor da Lei sobre o Parque Natural;*
- 21. Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a caça;*
- 22. Aprovação, publicação e entrada em vigor do regulamento sobre a captura e comercialização da tartaruga marinha e seus produtos;*
- 23. Elaboração de legislação relativa à salvaguarda dos recursos fitogenéticos;*
- 24. Elaboração do correspondente quadro legal com vista ao melhor funcionamento*

e aproveitamento do potencial do Jardim Botânico e o Herbário existentes;

25. Elaboração, aprovação e aplicação da legislação sobre a exportação de espécies de conformidade com a CITES;

26. Elaboração, aprovação e aplicação do Código pecuário;

27. Elaboração de leis que integrem a noção de acessibilidade e de partilha justa e equitativa.

Sub-objectivo nº 3: A criação de mecanismos de acesso e de partilha justa e equitativa dos recursos biológicos, e as acções:

Ao nível nacional:

5. Manter a integridade dos ecossistemas florestais;

6. Promoção de apoio às estruturas de protecção e de gestão comunitária dos recursos biológicos.

Ao nível internacional:

9. Fortalecimento de mecanismos de cooperação, visando a aquisição de genes no estrangeiro, em função das necessidades e dos programas de desenvolvimento nacional;

10. Institucionalização do processo de ecocertificação de produtos agro-florestais;

11. Optimização do programa STABEX, visando o aumento da produção de cacau;

12. Garantia de acesso regular às informações zoo-sanitárias e das inovações científico-técnicas ao nível mundial;

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

País: São Tomé e Príncipe	Custo Inicial do Programa: USD 746.000,00
Título: Plano de Acção e Estratégia para a Conservação da Biodiversidade	Duração: 22 anos (2003-2025)
Eixo Estratégico: Quadro Institucional e Legal	Data de Elaboração: 2003

Intervenção Lógica	Plano de Acção	Indicadores de Cumprimento	Fontes de Verificação
Objectivo Geral			
1. A conservação da Biodiversidade e a utilização dos seus recursos, com base num Quadro Institucional e Legal coerente, mais vigoroso e actual			
Objectivo Especifico			
1.1. Desenvolver mecanismos que permitam a partilha equitativa dos benefícios da exploração dos referidos recursos	<i>Estabelecimento de normas jurídicas e administrativas apropriadas, com vista a garantir a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos a ela inerentes</i>	Leis e regulamentos ligados à conservação da biodiversidade elaborados, aprovados e em aplicação	Relatórios do MRNMA
1.2. Desenvolver investigação no domínio de biotecnologia a favor da conservação da diversidade biológica e da utilização sustentável dos seus elementos	<i>Elaboração de um quadro jurídico nacional sobre a bio-segurança e a promoção da investigação científica, no domínio da biotecnologia</i>	Legislação sobre a bio-segurança elaborada, aprovada e em aplicação	Relatórios do MRNMA
1.3. Dispor de capacidade humana, técnica e material, que permita assegurar uma melhor conservação ex-situ da diversidade biológica	<i>Reforço da capacidade institucional dos sectores responsáveis pela conservação ex situ</i>	Quadros nacionais ligados à problemática da biodiversidade capacitados e dotados de competência técnica adequada	Relatórios do MRNMA
1.4. Fomentar mudanças de atitude e comportamento da população em relação à diversidade biológica	Programas de informação, educação e comunicação (IEC) sobre a diversidade biológica.	Autoridades nacionais e a população em geral sensibilizada e com participação activa na conservação da biodiversidade	Relatórios do MRNMA

Projecto Nº. 1 : Elaboração de Legislação Especializada sobre a conservação da Biodiversidade em S . Tomé e Príncipe e a utilização sustentável dos Recursos a ela inerentes

Prioridade: Estabelecimento de normas jurídicas e administrativas apropriadas, com vista a garantir a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos a ela inerentes

Título: Elaboração de Legislação Especializada sobre a conservação da Biodiversidade em S . Tomé e Príncipe e a utilização sustentável dos Recursos a ela inerentes

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (MRNMA)

Parceiros nacionais: Assembleia Nacional, Ministério da Justiça, Função Pública e Reforma Administrativa, (MJFPRA), Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério do Plano e Finanças (MPF), ONG's, Agentes económicos e Comunidades locais.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Desenvolver investigações a favor da conservação da diversidade biológica e dos recursos a ela inerentes;
- Desenvolver mecanismos que permitam a partilha equitativa dos benefícios da exploração dos referidos recursos.

Actividades:

1. Informação e sensibilização da população-alvo;
2. Recolha e análise de informações junto a essa mesma população;
3. Formulação de ante-projectos de diplomas legais, espelhando a ampla diversidade da matéria;
4. Realização de Seminários, ao nível distrital e nacional, para a restituição e validação dos textos assim obtidos;
5. Aprovação dos vários diplomas ao nível correspondente e conseqüente publicação dos mesmos;
6. Seguimento e avaliação da sua aplicação.

Custos estimados: 80 000 USD

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor total do Projecto.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Informação e sensibilização da população-alvo	10	10	-
2	Recolha e análise de informações junto a essa mesma população	20	20	-
3	Formulação de ante-projectos de diplomas legais, espelhando a ampla diversidade da matéria	30	20	10
4	Realização de Seminários, ao nível distrital e nacional, para a restituição e validação dos textos assim obtidos	15	-	15
5	Aprovação dos vários diplomas ao nível correspondente e consequente publicação dos mesmos	-	-	-
6	Seguimento e avaliação da sua aplicação	5	-	5
Total		80	50	30

Projecto nº. 2: Criação de um Quadro Jurídico Nacional sobre a Bio-Segurança e a promoção da Investigação Científica no domínio da Biotecnologia

Prioridade: Estabelecimento de normas jurídicas e administrativas, apropriadas para a produção, importação e utilização de organismos vivos, geneticamente modificados, assim como de produtos derivados dos mesmos.

Título: Criação de um Quadro Jurídico Nacional sobre a Bio-Segurança e a promoção da Investigação Científica, no domínio da Biotecnologia

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (MRNMA).

Parceiros nacionais: Toda a estrutura pública e privada concernente, as ONG's competentes na matéria e as comunidades locais.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Desenvolver investigação no domínio de biotecnologia a favor da conservação da diversidade biológica e da utilização sustentável dos seus elementos;
- Desenvolver mecanismos no domínio da cooperação e transferência de tecnologia e partilha equitativa;
- Controlar a introdução no território nacional de organismos vivos modificados;
- Velar e controlar a manipulação sem perigo dos organismos geneticamente modificados.

Actividades:

1. Inquérito sócio-económico sobre a utilização da biotecnologia;
2. Informação e sensibilização da população e dos decisores;
3. Elaboração do ante-projecto de diploma legal sobre a biosegurança;
4. Seminários distritais e nacional para a validação do ante-projecto de diploma legal correspondente;
5. Aprovação do diploma ao nível correspondente e sua conseqüente publicação e entrada em vigor;
6. Promoção da investigação em matéria de biotecnologia;
7. Aplicação de procedimentos apropriados de avaliação e de gestão dos riscos ligados à manipulação de organismos vivos modificados;
8. Seguimento e avaliação do projecto.

Custos estimados: 112 000 USD

Financiamento externo :

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Inquérito sócio-esconómico sobre a utilização da biotecnologia	10	5	5
2	Informação e sensibilização da população e dos decisores	7	4	3
3	Elaboração do ante-projecto de diploma legal sobre a biosegurança	5	5	-
4	Ateliers distritais e nacionais para a validação do ante-projecto	15	5	10
5	Aprovação e publicação do diploma	-	-	-
6	Promoção de investigação em matéria de biotecnologia	40	20	20
7	Aplicação de procedimentos apropriados de avaliação e de gestão dos riscos ligados à manipulação de organismos vivos modificados	25	10	15
8	Seguimento e avaliação do projecto	10	5	5
Total		112	54	58

Projecto nº 3: Reforço da Capacidade Institucional dos sectores responsáveis pela Conservação “ex-situ”

Prioridade: Reforço da Capacidade de conservação “ex situ” da diversidade biológica

Título: Reforço da Capacidade Institucional dos sectores responsáveis pela Conservação “ex-situ”

Organismos responsáveis: Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP)

Parceiros nacionais: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, Ministério de Educação, Ministério das Finanças, Pequenos, Médios e Grandes empresas agrícolas, Comunidades Locais e ONG's

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa

Objectivos:

- Dispor de capacidade humana, técnica e material, que permita assegurar uma melhor conservação “ex-situ” da diversidade biológica.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com o processo de conservação “ex-situ”;
2. Avaliação do conjunto de medidas, de políticas e das instalações, necessárias para assegurar uma melhor conservação “ex-situ” da diversidade biológica;
3. Identificação das prioridades nacionais em matéria de conservação “ex-situ” e de investigação;
4. Criação de instalações nacionais de conservação “ex-situ”.

Custos estimados: USD 275 000

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 4 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado			
			2004	2005	2006	2007
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com o processo de conservação “ex-situ”	100	40	30	15	15
2	Avaliação do conjunto de medidas, de políticas e das instalações, necessárias para assegurar uma melhor conservação “ex-situ” da diversidade biológica	30	10	10	5	5
3	Identificação das prioridades nacionais em matéria de conservação “ex-situ” e de investigação	25	10	5	5	5
4	Criação de instalações nacionais de conservação “ex-situ”	120	40	40	20	20
Total		275	100	85	45	45

Projecto nº. 4: Realização de Programas de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre a Conservação da Diversidade Biológica, dedicados aos Responsáveis Políticos e Administrativos, Quadros Técnicos, Profissionais e Agentes Económicos, cuja actividade lida de perto com a temática, ONG's e a população em geral

Prioridade: Promover a participação responsável do público-alvo na gestão sustentável da diversidade biológica.

Título: Realização de Programas de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre a Conservação da Diversidade Biológica, direccionados para Responsáveis Políticos e Administrativos, Quadros Técnicos, Profissionais e Agentes Económicos, cuja actividade lida de perto com a temática, ONG's e a população em geral

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente.

Parceiros nacionais: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Ministério de Educação e Cultura, Órgãos de Comunicação Social, ONG's e Núcleos Locais do Ambiente¹.

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais.

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, BAD, FIDA, BADEA, Cooperação Francesa, União Europeia.

Objectivos:

- Fomentar mudanças de atitude e comportamento da população em relação à diversidade biológica;
- Promover o surgimento, no seio da população, de uma atitude de respeito, defesa e valorização da diversidade biológica e de utilização sustentável dos recursos a ela inerentes.

Actividades:

1. Recolha de informações sobre atitudes e comportamentos negativos da população em relação à biodiversidade;
2. Definição de programas IEC, diferenciados em função dos grupos-alvo;
3. Formação e preparação das equipas para a implementação dos programas;
4. Preparação dos materiais de suporte para a materialização dos programas;
5. Organização do plano de execução das actividades programadas;
6. Implementação dos programas IEC;
7. Seguimento e avaliação das actividades desenvolvidas;
8. Difusão dos resultados.

Custos estimados: 175 000USD

¹ Grupo de cidadãos previamente preparados no quadro do PNADD, para actividades de informação e sensibilização em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, junto às Comunidades Locais.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor total do Projecto.

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Recolha de informações sobre atitudes e comportamentos negativos da população em relação à biodiversidade	45	35	10
2	Definição de programas IEC, diferenciados em função dos grupos-alvo	10	10	-
3	Formação e preparação das equipas para a implementação dos programas	10	10	-
4	Preparação dos materiais de suporte para a materialização dos programas	25	20	5
5	Organização do plano de execução das actividades programadas	5	5	-
6	Implementação dos programas IEC	60	20	40
7	Seguimento e avaliação das actividades desenvolvidas	15	5	10
8	Difusão dos resultados	5	-	5
Total		175	105	70

Projecto nº. 5: Realização de Filmes, Postais e Posters, Selos e Atlas de Espécies de Fauna e Flora selvagens, ameaçadas ou em perigo

Prioridade: Reforço da conservação “in situ” da diversidade biológica

Título: Realização de Filmes, Postais e Posters, Selos e Atlas de Espécies de Fauna e Flora selvagens, ameaçadas ou em perigo

Organismos responsáveis: Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente

Parceiros nacionais: Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), Ministério da Infraestruturas, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (MCIT), Comunidades Locais e ONG's

Parceiros internacionais: FAO, UNEP, UICN, WWF, GTZ, UNESCO e ONG's internacionais

Parceiros financeiros: FEM, PNUD, BM, Cooperação Francesa

Objectivos:

- Reforço da participação popular na conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, através de processos de sensibilização baseados em material didáctico de forte capacidade informativa e educativa;
- Informar o grande público das ameaças que pesam sobre certas espécies animais e vegetais, mediante a publicação do Atlas, a edição de filmes, documentários, selos, postais e outros materiais ilustrativos.

Actividades:

1. Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com espécies selvagens, ameaçadas ou em perigo;
2. Recolha e análise de informações disponíveis sobre essas espécies;
3. Informação e sensibilização dos utilizadores dos recursos da fauna e da flora selvagens;
4. Inventário das espécies ameaçadas ou em perigo;
5. Análise e interpretação dos dados recolhidos;
6. Cartografia dos habitat das espécies em estudo;
7. Produção de filmes, postais, posters, selos e Atlas;
8. Difusão dos resultados.

Custos estimados: USD 104 000

Financiamento externo :

Contrapartida nacional: 10 % do valor do Projecto

Duração: 2 anos

Data de início: 2004

Estimação detalhada dos custos (Unidade: mil dólares americanos)

Nº	Actividades	Custo total	Período considerado	
			2004	2005
1	Reforço das capacidades humanas, materiais e técnicas dos sectores que lidam com espécies selvagens, ameaçadas ou em perigo	15	10	5
2	Recolha e análise de informações disponíveis sobre essas espécies	5	3	2
3	Informação e sensibilização dos utilizadores dos recursos da fauna e da flora selvagens	4	2,5	1,5
4	Inventário das espécies ameaçadas ou em perigo	25	15	10
5	Análise e interpretação dos dados recolhidos	10	5	5
6	Cartografia dos habitats das espécies em estudo	10	5	5
7	Produção de filmes, postais, posters, selos e Atlas	25	15	10
8	Difusão dos resultados	10	5	5
Total		104	60,5	43,5

ANEXOS B – Algumas espécies animais e vegetais

ANEXO B-1 - Principais Plantas Endémicas

Inventário das plantas endémicas de São Tomé e Príncipe (sem as orquídeas)

Classificação por ordem alfabética das famílias

OR: Ex= Exell (1973), ES=Espírito Santo, Fi= Figueiredo, IF= Inst. Floret, Li= Liberato (1973), SI= Silva, Wh=White, D: distribuição geográfica. E= endémica das ilhas do golfo da Guiné, S= São Tomé, P= Príncipe, A= Anobom, B= Bioco

Família	Nome latim	Nome vernacular	OR	Ecofac	D	Observações
Acanthaceae	Brachystephanus occidentalis Lindau		Ex	HO 7390, JL 95/012	ES	Flores brancas
Acanthaceae	Heteradelphia paulowilhelmia Lindau				ES	Arbusto, fl violetas
Acanthaceae	Justicia thomensis Lindau		Ex	HO 7302, FO 184	ES	
Anisophylleaceae	Anisophyllea cabole Henriq.	Pau caboré, cabolé	Es, Ex	FO 120	ES	Arbusto, 3 m.
Apocynaceae	Tabernaemontana sp. aff. Stenosiphon		Ex		EP	
Apocynaceae	Tabernaemontana stenosphon Stapf	Cata d'obô	Ex	FO 166, JL 95/068	ES	Árvore alta 15 m; latex branco
Araliaceae	Polycias quintasii Exell	Guêguê fasso, Vela	Ex	FO 163	ESP	
Asclepiadaceae	Marsdenia exellii C. Norman		Ex		ES	
Balsaminaceae	Impatiens buccinalis Hook.f.	Camarões	Ex	FO 617, HO 750	ES	
Balsaminaceae	Impatiens manteroana Exell		Ex		EP	
Balsaminaceae	Impatiens thomensis Exell		Ex	HO 7596, HO 7550	ES	
Begoniaceae	Begonia baccata Hook. F.	Fia boba vermelha	Ex	HO 7485, JL 97/320	ES	Planta alta 1,5 m; caule lenhoso; fl. Brancas
Begoniaceae	Begonia crateris Exell	Fia boba d'obo	Ex		ES	
Begoniaceae	Begonia fusialata var. principensis J.J. De Wild				EP	
Begoniaceae	Begonia loranthoides Hook. F. Subsp. Loranthoides				ESP	
Begoniaceae	Begonia mollerii (C. DC.) Warb.		Ex		ES	
Boraginaceae	Ehretia scrobiculata Hiern		Ex		EP	
Celastraceae	Maytenus monodii Exell		Ex		ES	
Commelinaceae	Palisota pedicellata K. Schum.		Ex	FO 531, JL 95/078	ESPA	Erva vivaz, alta 2 m; fl. Brancas
Cyatheaceae	Cyathea welwitschii					
Cyperaceae	Carex leptocladus C. B. Clarke		Ex	JL 94/560, JL 95/021	ES	
Cyperaceae	Cyperus sylvicola Ridl.		Ex		ES	
Cyperaceae	Hypolytrum grande (Uitt.) Koyama		Ex		EP	
Cyperaceae	Mapania ferruginea Ridl.		EX, LS	JL 95/031	ESP	Erva vivaz, alt 50 cm
Dichapetalaceae	Dichapetalum bocageanum (Henriq.) Engl.	Melambo	Ex		ES	
Ericaceae	Erica thomensis (Henriq.) Dorr & E. G.H. Oliv.	Urze	Ex	JL 94/557, HO 7370	ES	Subarbusto; alt. 1 m
Euphorbiaceae	Croton stellulifer Hutch.	Cubango, Cobango	EX, Fi	JL 97/348	ESP	Árvore, cerca de 30 m; pouco ramificado; fl: elípticas

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Euphorbiaceae	<i>Discoclaoxylon occidentale</i> (Mull. Arg.) Pax & K. Hoffm.	Quina nº 2	Ex, Fi	HO 7437, FO 22	ESP	
Euphorbiaceae	<i>Drypetes glabra</i> (Pax) Hutch.	Mamon d'obô	Ex, Fi	HO 7235, FO 621	ES	
Euphorbiaceae	<i>Drypetes henriquensii</i> (Pax) Prain	No-no, Mamon d'obô	Ex, Fi		ES	
Euphorbiaceae	<i>Erythrococca columnares</i> (Mull. Arg.) Prain		Ex		EP	
Euphorbiaceae	<i>Erythrococca mollerii</i> (Pax) Prain	Coedano nº 2	Ex, Fi	HO 7285, FO 597	ES	Arbusto alto 20m; fr. Vermelho-alaranjados na maturidade
Euphorbiaceae	<i>Grossera elongata</i> Hutch.		Ex		EP	
Euphorbiaceae	<i>Maesobotrya glabrata</i> (Hutch.) Exell		Ex	FO 551, FO 553	EP	Arbusto ou pequena árvore, fr. Avermelhados na maturidade
Euphorbiaceae	<i>Phyllanthus physocarpus</i> Mull. Arg.		Ex		EP	
Euphorbiaceae	<i>Thecacoris manniana</i> (Mull. Arg.) Mull. Arg.	Pau fígado	Ex	FO 630	ES	Pequena árvore
Euphorbiaceae	<i>Thecacoris membranacea</i> Pax		Ex	JL 95/054	ES	Árvore, S1-24
Flacourtiaceae	<i>Casearia mannii</i> Mast.				ESP	
Flacourtiaceae	<i>Homalium henriquesii</i> Gilg. Ex Engl.	Quebra machado	Ex, Fi	HO 7586	ES	Árvore alt 10 m; fl: creme-verdes
Hernandiaceae	<i>Hernandia beninensis</i> Welw. Ex Henriq.	Bungá, pau candeia	Ex, Fi		ESB	
Leeaceae	<i>Leea tinctoria</i> Lindl. Ex Baker	Celé-alé, Celé-celé	Ex, Fi	JL 94/511, HO 7243	ES	Arbusto 2-3 m, fr. Alaranjados
Lobeliaceae	<i>Lobelia barnsii</i> Exell		Ex	HO 7374, HO 7703	ES	Erva alta 2 m; fl. Violetas reunidas em cachos
Melastomataceae	<i>Calvoa confertifolia</i> Exell				ES	
Melastomataceae	<i>Calvoa crassinoda</i> Hook. F.				ES	
Melastomataceae	<i>Calvoa grandifolia</i> Cogn.		Ex	HO 7399, FO 516	ESP	Erva alta 1 m; fl. Rosas
Melastomataceae	<i>Calvoa integrifolia</i> Cogn.				ES	
Melastomataceae	<i>Calvoa sinuata</i> Hook. F. Ex Triana				EP	
Melastomataceae	<i>Tristemma litorale</i> Benth. Subsp. <i>biafranum</i> Jac.-Fél. Var. <i>insulare</i> Jac. Fél.				ES	
Melastomataceae	<i>Tristemma mauritianum</i> J. F. Gmel. Var. <i>rozeiranum</i> Jac.-Fél.				ES	
Melastomataceae	<i>Tristemma mauritianum</i> J. F. Gmel. Var. <i>thomense</i> (Ferr.) Jac.-Fél.				ES	
Meliaceae	<i>Trichilia grandifolia</i> Oliv.	Cola de macaco	Ex	HO 7576, JL 95/065	ES	Liana, fl compostas, fr castanhos de 5 cm de diâmetro
Moraceae	<i>Ficus chlamydocarpa</i> Mildbr. & Burret subsp. <i>fernandesiana</i> (Hutch.) C. C. Berg	Figo obato	Ex, Fi	JL 97/231, FO 622	ES	Figueiro estrangulador, fr 4 cm de diâmetro
Miristicaceae	<i>Staudtia pterocarpa</i> (Warb.) Warb.	Pau vermelho	ES, Fi	FO 338	ES	Árvore de 10-15 m de altura, fl inteiras
Ochnaceae	<i>Campylopermum vogelii</i> (Hook. F.) Farron var. <i>mollerii</i> (Van Thiegh)	Pau dumo	Ex	FO 550	ESP	Arbusto fl. amarelas
Ochnaceae	<i>Ouratea nutans</i> (Hiern) Exell		Ex		EP	
Ochnaceae	<i>Rhabdophyllum arnoldianum</i> (De Wild. & Th. Dur.) v. <i>Quintasii</i> (Van thiegh.) Farron		Ex	SC 08	ES	
Oleaceae	<i>Jasminum thomense</i> (Exell)		Ex		ES	
Pandanaceae	<i>Pandanus thomensis</i> Henriq.	Pau esteira	Ex	HO 7712, FO 234	ES	Árvore, fl. Longas e seguetadas
Piperaceae	<i>Peperomia thomeana</i> C. DC.		Ex		ES	

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Podocarpaceae	Podocarpus mannii Hook. f.	Pinheiro de S. Tomé	Ex	HO 7617, FO 222	ES	Árvore de 30 m; fl. Masculinas verdes
Rhamnaceae	Lasiodiscus rozeirae Exell		Ex		ES	
Rhizophoraceae	Cassipourea glomerata Alston		Ex		ES	
Rubiaceae	Aidia quintasii (K. Schum.) G. Taylor	Muindo	Ex		ES	
Rubiaceae	Aidia wattii G. Taylor	Inhé muela	Ex		ES	
Rubiaceae	Aulacocalyx pallens (Hiern) Bridson & E. Figueredo subsp pallens	Teia-teia pequena	Ex		ES	
Rubiaceae	Belonophora coffeoides Hook. f.		Ex		ES	
Rubiaceae	Bertiera pedicellata (hiern) Wernham		Ex	JL 95/075, FO 517	ESP	Arbusto 30 m; fl. Terminais, brancas
Rubiaceae	Craterispermum montanum (Hiern)	Macambrará	Ex, Fi	HO 7569	ESPA	Árvore de 6 m, fl: branco-esverdeadas
Rubiaceae	Ecpoma cauliflorum (Hiern) N. Hallé		Ex	HO 7556	ES	Subarbusto, fl: brancas. Colhida no Príncipe a 550 m de altitude
Rubiaceae	Lasianthus africanus Hiern		Ex		ESP	
Rubiaceae	Mussaenda tenuiflora Benth. var. principensis G. Taylor		Ex		EP	
Rubiaceae	Mussaenda tenuiflora Benth. var. thomensis G. Taylor		Ex	FO 522	ES	Liana de flores brancas
Rubiaceae	Pauridiantha composii (G. Taylor)		Ex		ES	
Rubiaceae	Pauridiantha insularis (Hiern) Bremek.		Ex		ES	
Rubiaceae	Pavetta monticola Hiern		Si, Ex	HO 7498, HO 7586	ESA	Arbusto de 3 m, flores brancas
Rubiaceae	Psychotria guerkeana K. Schum.		Ex	JL 95/548	ES	Pequena árvore
Rubiaceae	Psychotria molleri K. Schum.	Pau duno	Ex		ES	
Rubiaceae	Psychotria nubicola G. Taylor		Ex		ES	
Rubiaceae	Psychotria principensis G. Taylor	Café silvestre	Ex	FO 581	EP	Pequena árvore
Rubiaceae	Psychotria thomensis G. Taylor		Ex		ES	
Rubiaceae	Sabicea exellii G. Taylor		EX	HO 7367, JL 97/630	ES	Liana de 5 m; fl. Brancas; cauliflora, ou na axila dos ramos
Rubiaceae	Sabicea ingrata K. Schum.		Ex	HO 7476, FO 466	ES	
Rubiaceae	Sabicea ingrata K. Schum. var. insularis (Wernham) Joffroy var. nov.		Ex	FO 324, FO 473	ESA	Liana
Rubiaceae	Sabicea thomensis Joffroy sp. nov.				ES	
Rubiaceae	Tarenna nitiduloides G. Taylor		Ex, Fi		ES	
Sapindaceae	Chytranthus mannii Hook. f.	Pessegueiro	Ex	FO 107, HO 7685	ESP	Arbusto de 6 m. Fl e fr na base do tronco; fl branco-cremes
Sapotaceae	Chrysophyllum calophyllum Exell		Ex		EP	
Sapotaceae	Chrysophyllum henriquensii Engl.		Ex		EP	
Sapotaceae	Vincentella densiflora (Baker) Pierre		Ex		ES	
Scrophulariaceae	Thunbergianthus quintasii Engl.	Musa fria	Ex, Fi	HO 7397, HO 7456	ES	Liana, flores rosas
Theaceae	Balthasaria mannii (Oliver) Verdc.		Ex		ES	
Thymelaeaceae	Dicranolepis thomensis Engl. & Gilg.		Ex	HO 7679, FO 539	ES	Arbusto ou pequena árvore; fl brancas e depois amarelas
Thymelaeaceae	Peddiea thomensis Exell	Tchapo d'obô	Ex	FO 168, JL 95/017	ES	Arbusto de 5 m. Fr vermelho acastanhadas

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Ulmaceae	<i>Celtis pratii</i> Priemer ex Engl.	Quaco branco	Ex		ESPA	Árvore
Urticaceae	<i>Elastostema thomense</i> Henriq.		Ex, Fi	HO 7289, FO 585	ES	Erva prostadas, flores brancas em capítulos
Violaceae	<i>Pilea manniana</i> Wedd		Ex	HO 7354, HO 7360	ES	Subarbusto, pequenas flores brancas
Violaceae	<i>Rinorea chevalieri</i> Exell		Ex, Fi	HO 7724, FO 343	ES	Árvore de 15 m. Frequente.
Violaceae	<i>Rinorea insularis</i> Engl.		Ex		EP	
Violaceae	<i>Rinorea thomensis</i> Exell	Tesse	Ex, Fi		ES	
Vitaceae	<i>Cissus curvipoda</i> (Baker) Planchon		Ex		ES	
Zingiberaceae	<i>Renealmia grandifolia</i> Baker		Ex	HO 7388, HO 7588	ES	Erva rizomatosa

ANEXO B-2 – Principais Espécies Industriais

Família	Nome científico	Nome vernacular	Formação vegetal
Anacardiaceae	<i>Pseudopondias microcarpa</i>	Zenzém	Floresta secundária
Anisophylleaceae	<i>Anisophyllea cabole</i>	Pau cabore, cabolé	Floresta densa
Arecaceae	<i>Elaeis guineensis</i>	Palmeira	Floresta secundária
Boraginaceae	<i>Cordia platythyrsa</i>	Tabaque	Floresta secundária
Caesalpinaceae	<i>Albizia lebbeck</i>	Acacia	Floresta secundária
Caesalpinaceae	<i>Albizzia molucana</i>	Acacia	Floresta secundária
Clusiaceae	<i>Symphonia globulifera</i>	Óleo barão, pau amarelo	Floresta de altitude
Euphorbiaceae	<i>Bridelia stenocarpa</i>	Muindo	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Cleistanthus sp.</i>	Viro	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Hevea brasiliensis</i>	Borracha	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Margaritaria discoidea</i>	Pau-ferro	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Phyllanthus discoideus</i>	Pau-ferro	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Sapium ellipticum</i>	Pau-maria	Floresta de altitude
Euphorbiaceae	<i>Scytopeatalum kamerunianum</i>	Vilo branco, Viro-branco	Floresta de altitude
Euphorbiaceae	<i>Tetrorchidium didymostemon</i>	Pau mole, Branco, Pó mole	Floresta secundária
Euphorbiaceae	<i>Uapaca guineensis</i>	Nespla d'obô, mangue	Floresta de altitude
Fabaceae	<i>Erythrina sp.</i>	Eritrina	Floresta de sombra
Flacourtiaceae	<i>Homalium henriquensii</i>	Quebra machado	Floresta de altitude
Hypericaceae	<i>Harungana madagascariensis</i>	Pau sangue	Floresta secundária
Lauraceae	<i>Cynnamomum burmanni</i>	Canela brava	Floresta secundária
Meliaceae	<i>Carapa procera</i>	Gôgô	Floresta de sombra
Meliaceae	<i>Cedrela odorata</i>	Cedrela	Floresta sombra
Meliaceae	<i>Trichilia grandifolia</i>	Cacau do mato, Cola-de-macaco	Floresta de altitude
Mimosaceae	<i>Pentaclethra macrophylla</i>	Muandim, Sicupira, Uba	Floresta associada aos cultivos agrícolas
Mimosaceae	<i>Pentaclethra macrophylla</i>	Muandi	Floresta de sombra
Moraceae	<i>Artocarpus altilis</i>	Fruteira	Floresta associada aos cultivos agrícolas
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	Floresta associada aos

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

			cultivos agrícolas
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	Floresta associada aos cultivos agrícolas
Moraceae	<i>Clorophora excelsa</i>	Amoreira	Floresta sombra
Moraceae	<i>Ficus mucoso</i>	Figo ploco, Figo porco	Floresta secundária
Moraceae	<i>Milicia excelsa</i>	Amoreira, molela	Floresta associada aos cultivos agrícolas
Myristicaceae	<i>Pycnanthus angolensis</i>	Pau caixão	Floresta secundária
Myristicaceae	<i>Staudtia pterocarpa</i>	Pau vermelho	Floresta de altitude
Myrsinaceae	<i>Pycnanthus angolensis</i>	Pau Caixão	Floresta secundária
Myrtaceae	<i>Psidium guyava</i>	Goiabeira	Floresta secundária
Myrtaceae	<i>Syzygium guineense</i>	Matchanzochi	Floresta de altitude
Podocarpaceae	<i>Podocarpus mannii</i>	Pinheiro da terra, Pinheiro de São Tomé, Ofó	Floresta de altitude
Rubiaceae	<i>Canthium glabiflorum</i>	Nono	Floresta de altitude
Rubiaceae	<i>Hymenodicton biafranum</i>	Pau claudina	Floresta de altitude
Rubiaceae	<i>Pauridianha floribunda</i>	Nicolau	Floresta de altitude
Rutaceae	<i>Fagara macrophylla</i>	Marapião	Floresta de sombra
Sapotaceae	<i>Gambeya africana</i>	Zamumo	Floresta de altitude
Sapotaceae	<i>Gambeya albida</i>	Untueiro	Floresta secundária
Sapotaceae	<i>Mammea africana</i>	Magloso, Oba, Pau mamão	Floresta secundária
Sapotaceae	<i>Manikara multinervis</i>	Azeitona	Floresta secundária
Sterculiaceae	<i>Theobroma cacao</i>	Cacaueiro	Floresta de sombra
Ulmaceae	<i>Celtis mildbreadii</i>	Pó capiton	Floresta secundária
Ulmaceae	<i>Celtis prantlii</i>	Quaco branco	Floresta secundária
Ulmaceae	<i>Tremna orientalis</i>	Pau cabra	Floresta de altitude

ANEXO B-3 – Principais Espécies Alimentares

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
Abacate	<i>Persea amaricana</i>
Ananás	<i>Ananas comosus</i>
Bananeira	<i>Musa sp.</i>
Cajamanqueira	<i>Spondias cytherea</i>
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
Caneleira	<i>Cinnamomum zeilanicum</i>
Caramboleira	<i>Averrhoa carambola</i>
Cebola	<i>Allium cepa</i>
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>
Couve	<i>Brassica oleracea</i>
Feijoeiro	<i>Vicia sp.</i>
Fruteira	<i>Artocarpus altilis</i>
Goiabeira	<i>Psidium guyava</i>
Grumnichama	<i>Eugenia brasiliensis</i>
Inahme	<i>Dioscorea sp.</i>
Jaqueira	<i>Artocartus heterophylla</i>
Limoeiro	<i>Citrus aurantium</i>
Lossua	<i>Solanum americanum</i>
Mandioqueira	<i>Manihot esculentun</i>
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>
Maquequé	<i>Solanum macrocarpum</i>
Matabala	<i>Xanthosoma sp.</i>
Milho	<i>Zea ma ̂</i>
Morango	<i>Rubus rosifolius</i>
Palmeira-de-andim	<i>Elaeis guineensis</i>
Mamoeiro	<i>Carica papaia</i>
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>
Pessegueiro	<i>Chytranthus mannii</i>
Pimentão	<i>Capsicum frutescans</i>
Safuzeiro	<i>Dacryodes edulis</i>
Tomateiro	<i>Licopersicum esculentun</i>

ANEXO B-4 – Principais Espécies Medicinais

NOMES VULGARES	NOME CIENTIFICO	UTILIZAÇÃO
Abobra		Dores de ouvido
Pau-salá		Afrodisíaco
Zagrimá		Afrodisíaco
Folha ponto	<i>Achyranthes aspera</i>	Contra hemorragia
Fissanjá	<i>Adenia cissampeloides</i>	Massagem
Bengue	<i>Alchornea cordifolia</i>	Diarreia
Alho	<i>Allium cepa</i>	Diarreia
Pau-três	<i>Allophyllus africanus</i>	Afrodisíaco, Paludismo
Pau-três	<i>Allophyllus grandifolius</i>	Dores da Barriga Afrodisíaco
Cajueiro	<i>Anacadium occidentale</i>	Diarreia
Ananás	<i>Ananas comosus</i>	Abortos
Muindro	<i>Bridelia micrantha</i>	Massagem
Folha-da-mina	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Pancadas (golpes)
Fiá-salaconta	<i>Canna indica</i>	Sarna
Mamoeiro	<i>Carica papaya</i>	Afrodisíaco
Maioba	<i>Cassia occidentalis</i>	Paludismo
Cedrela	<i>Cedrela odorata</i>	Paludismo
Olhadató	<i>Centella asiatica</i>	Dores de ouvido
Coedano	<i>Cestrum laevigatum</i>	Contra a sarna
Matruço	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Diarreia, Massagem, Pancada (Golpe), Lombriga
Pau-quina	<i>Cinchona sp.</i>	Paludismo, Pancada, Aborto
Limão	<i>Citrus aurantium</i>	Paludismo
Coleira	<i>Cola acuminata</i>	Problema de olhos e ouvidos
Capim- d'água	<i>Commelina difusa</i>	Problemas nos olhos
Cana Macaco	<i>Costus giganteus</i>	Rins
Ucuêê	<i>Costus giganteus</i>	Reumatismo
Macambrará	<i>Craterispermum montanum</i>	Afrodisíaco
Pau-purga	<i>Croton dracnopsis</i>	Purgante
Fiá-pleto	<i>Datura metel</i>	Reumatismo
Tichile-blanco	<i>Drymaria cordata</i>	Diarreia
Palmeira -de-andim	<i>Elaeis guineensis</i>	Contra Sarna
Fiá-budo	<i>Elephantopus mollis</i>	Diarreia
Selo-sum-zo-m-maia	<i>Erygium foetidum</i>	Dores de barriga
Eritrineira	<i>Erythrina sp.</i>	Contra hemorragia
Marapião	<i>Fagara macrophylla</i>	Dores de dente
Figo-obata	<i>Ficus chlamydocarpa</i>	Diarreia
Mussandá	<i>Ficus kamerunensis</i>	Dores de olho (conjuntivite ?) Pancada (Golpe)
Pau-sangue	<i>Harungana madagascarensis</i>	Reconstituente Anemia
Chimon-coiá	<i>Lagenaria siceraria</i>	Reumatismo
Mucumblí	<i>Lannea welwitschii</i>	Rins, Pancada
Pinincano	<i>Leonitis nepetifolia</i>	Dores de barriga
Mutopa	<i>Maesa lanceolata</i>	Via urinária
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Diarreia
Fiá-sanzom	<i>Momordica charantia</i>	Afrodisíaco, Aborto
Bananeira	<i>Musa paradisiaca</i>	Diarreia

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

Micocó	<i>Ocimum gratissimum</i>	Febres, Afrodisíaco
Ipé	<i>Olea capensis</i>	Afrodisíaco
Nicolau	<i>Pauridiantha floribunda</i>	Anemia
Muandí	<i>Pentaclethra macrophylla</i>	Reumatismo
Fiá-alfobaca	<i>Pepromia pellucida</i>	Doenças venéreas
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	Diarreia
Alho d' obô	<i>Psychotria peduncularis</i>	Infecções
Pau-caixão	<i>Pycnanthus angolensis</i>	Dores de dente, Contra hemorragia
Cata-grande	<i>Rauvolfia dichotoma</i>	Paludismo
Mamonó	<i>Ricinus communis</i>	Dores de ouvido
Arruda	<i>Ruta chapelensis</i>	Contra lombrigas
Pau-óleo	<i>Santiria trimera</i>	Purgante
Pimpenela	<i>Sechium edule</i>	Diarreia
Maquequé	<i>Solanum macrocarpum</i>	Reumatismo
Matchanzoche	<i>Syzygium guineense</i>	Afrodisíaco
Caroceiro	<i>Terminalia catappa</i>	Diarreia
Cacueiro	<i>Theobroma cacao</i>	Paludismo
Pau cabra	<i>Tremna orientalis</i>	
Libô muncambú	<i>Vernonia amygdalina</i>	Paludismo
Matabala	<i>Xanthosoma sagittifolium.</i>	Dores de olho

ANEXO B-5 – Principais Espécies Ornamentais

Família	Nome científico	Nome vernacular
Acanthaceae	<i>Heteradelphia paulowihelmia</i>	Heteradelfia
Araceae	<i>Anthurium andreanum</i>	Antúrio
Balsaminaceae	<i>Impatiens buccinalis</i>	Camarões
Begoniaceae	<i>Begonia baccata</i>	Begónia, Folha-boba
Begoniaceae	<i>Begónia subalpestris</i>	Begónia-gigante
Cyatheaceae	<i>Cyathea mannii</i>	Feto gigante
Dracaenaceae	<i>Dracaena arborea</i>	Pau-sabão
Dracaenaceae	<i>Dracaena laurentii</i>	Língua-de-sogra
Dracaenaceae	<i>Dracaena trisfasciata</i>	Língua-de-sogra
Ericaceae	<i>Phillipia thomensis</i>	Erica
Malvaceae	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i>	Hibisco
Maranthaceae	<i>Iresini herbstii</i>	Coração-magoado
Melastomataceae	<i>Calvoa grandifolia</i>	Calvoa
Melastomataceae	<i>Tristemma mauritianum</i>	
Musaceae	<i>Heliconia rostrata</i>	Bico-de-papagaio
Nyctaginaceae	<i>Mirabilis jalapa</i>	Losa-bilança
Orchidaceae	<i>Cyrtorchis henriquensiana</i>	Fia-língua-de-vaca
Orquidaceae	<i>Calanthe sylvatica</i>	Calante
Pandanaceae	<i>Pandanus thomensis</i>	Pau-esteira
Rosaceae	<i>Rosa sp.</i>	Roseira
Scrophulariaceae	<i>Thunbergianthus quintasii</i>	Musa-fria
Zingiberaceae	<i>Renealmia grandiflora</i>	Renealmia
Zingiberaceae	<i>Nicolaia elatior</i>	Rosa-porcelana
Zingiberaceae	<i>Hedychium coronarium</i>	

ANEXO B-6 - Principais Pássaros Endémicos

NOME VULGAR	NOME CIENTIFICO
SÃO TOMÉ	
Kitoli	<i>Otus hartlaubi</i>
Enjoló	<i>Neospiza concolor</i>
Olho-grosso	<i>Speirops lugubris</i>
Camussela	<i>Ploceus grandis</i>
Selele-mangotchi	<i>Dreptes thomensis</i>
Papafigo	<i>Oriolus crassirostris</i>
Sélele	<i>Nectarinia newtonii</i>
Tchin-tchin-xolo	<i>Thomasophantes sanctithomae</i>
Truquí	<i>Prinia mollerii</i>
Tomé-gága	<i>Terpsiphone atrochalybeia</i>
Cessa	<i>Treron sanctithomae</i>
Pombo-do-mato	<i>Columba thomensis</i>
PRÍNCIPE	
Tordo	<i>Turdus olivaceofuscus</i>
Estorninho	<i>Lamprotornis ornatus</i>
Merlo	<i>Ploceus princeps</i>
Chibi	<i>Nectarinia hartaubii</i>
Tchiliquito	<i>Speirops leucophaeus</i>
Tchili-tchili	<i>Zosterops ficedulinus</i>
Chibi-fixa	<i>Horizorhinus dohrni</i>
Rabo-de-peixe	<i>Dicrurus modestus</i>
Rola	<i>Columba malherbii</i>
Chota café	<i>Serinus rufrobrunneus</i>

ANEXO B-7 – Lista de Animais Ameaçados em S.Tomé e Príncipe

Nome científico	Classe	Ordem	Familia	Nome vulgar	Grau de ameaça
<i>Paradxa thomensis</i>	Gastropoda	Neogastropoda	Buccinidae	Molusco	V
<i>Chelonia mydas</i>	Reptéis	Testudines	Cheloniidae	Tartaruga Ambo	E
<i>Eretmochelys imbricata</i>	Reptéis	Testudines	Cheloniidae	Tartaruga Sarda	E
<i>Lepydochelys olivacea</i>	Reptéis	Testudines	Cheloniidae	Tartaruga Bastarda	E
<i>Columba thomensis</i>	Aves	Columbiformes	Columbiidae	Pombo de Mato	V
<i>Dermochelys coriacea</i>	Reptéis	Testudines	Dermochelyidae	Tartaruga Ambulancia	E
<i>Globanus sp.</i>	Insecta		Diplopoda	Milipeias	K
<i>Neospiza concolor</i>	Aves		Fringilidae	Pardal de S.Tomé	E
<i>Poliospiza rufobrunnea fradei</i>	Aves		Fringilidae	Chota-café (Ilhéu de Boné de Joquei)	E
<i>Coeliades bocagii</i>	Insecta	Lepidoptera	Hesperiidae	Borboletas de S.Tomé	V
<i>Lanius newtoni</i>	Aves	Passeriformes	Laniidae	Picanço	E
<i>Trithemis nigra</i>	Insecta	Odonata	Libellulidae	Libelinha do Príncipe	I
<i>Epamera bellina maris</i>	Insecta		Lycaenidae		EX
<i>Leptotes terrenus</i>	Insecta		Lycaenidae		I
<i>Chilades sanctithomae</i>	Insecta		Lycaenidae		I
<i>Tadarides tomensis</i>	Mamífero	Chiroptera	Molossidae	Morcego	I
<i>Amaurocichla bocagii</i>	Aves		Muscicapidae		V
<i>Nectarinia thomensis</i>	Aves		Nectariniidae	Selele – mangotchi de S.Tomé	R
<i>Neritina manoeli</i>	Gastropoda	Archaeogastropoda	Neretidae	Molusco de água doce do Príncipe	E
<i>Charaxes defulvata</i>	Insecta		Nymphalidae		EX
<i>Pseudacrea gamae</i>	Insecta		Nymphalidae		I
<i>Oriolus crassirostris</i>	Aves		Oriolidae	Papafigo	R
<i>Graphium leonidas thomasius</i>	Insecta		Papilionidae		E
<i>Graphium leonidas santamarthae</i>	Insecta		Papilionidae		E
<i>Pterodroma madeira</i>	Aves	Procellariiformes	Procellariidae		E

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

<i>(endêmica das ilhas Tinhosas)</i>					
<i>Psittacus erithacus</i>	Aves	Psittaciformes	Psittacidae	Papagaio	V
<i>Myonycteris brachycephala</i>			Pteropodidae	Guémbu	V
<i>Teinostoma fernandesi</i>	Gastropoda	Archaeogastropoda	Skeneidae	Molusco marinho de Príncipe	V
<i>Teinostoma funiculatum</i>	Gastropoda	Archaeogastropoda	Skeneidae	Molusco marinho de Príncipe	V
<i>Crociodura thomensis</i>	Mamífero	Insectivora	Soricidae	Musaranho	K
<i>Crociodura poensis</i>	Mamífero	Insectivora	Soricidae	Musaranho	K
<i>Otus hartlaubi</i>	Aves	Strigiformes	Strigidae	Kitoli	R
<i>Sula leucogaster (Tinhosas)</i>	Aves	Pelecaniformes	Sulidae	Pato Marinho	E
<i>Bostrychia bocagei</i>	Aves	Ciconiformes	Threskiornithidae	Galinholha de S.Tomé	E
<i>Bostrychia olivacea</i>	Aves	Ciconiformes	Threskiornithidae	Galinholha de Príncipe	E
<i>Speirops leucophoeus</i>	Aves		Zosteropidae	Tchiliquito de Príncipe	R
<i>Zosterops ficedulinus ficedulinus</i>	Aves		Zosteropidae	Tchili-tchili do Príncipe	E
<i>Zosterops ficedulinus feae</i>	Aves		Zosteropidae	Tchili-tchili de S.Tomé	R

(Ex=extinto; E= em perigo; V=vulnerável; R=Raro; I=Indeterminado K=insuficientemente conhecido; CT=Comercialmente ameaçado)

ANEXO B-8 - Principais Animais Selvagens

NOMES VULGARES	NOMES CIENTÍFICOS
Aledunha	
Cobra Preta	<i>Naja melanoleuca</i>
Macaco	<i>Cercopithecus mona</i>
Morcego	<i>Eidolon helvum</i>
Porco de Mato	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFVP. Agriculture familiale: Quelques éléments sur l'après-distribution des terres, d'un point de vue production agricole. ST 1995.
- AGRO.GES / CIFORMA, 1999. Estudo Sobre as Vantagens Comparativas entre Pequenas, Médias e Grandes Empresas Agrícolas de S.Tomé e Príncipe.
- Andrade, E. & Bonfim, V., 1989/90-Educação em matéria de População e para a vida Familiar –
- Livro de Referência, Cap. I - Espaço Geográfico
- Anónimo. Situation de la faune et de la faune sauvage en STP, RDSTP, Direcção das Florestas Ministério da Economia,.
- António Salgueiro, 2001. Síntese do inventário florestal e propostas para a utilização racional dos recursos lenhosos – Programa ECOFAC III
- * Arquitectura e Urbanismo – Belgrado, Projecto de Desenvolvimento de Turismo
- BAÍA, D.C (2002) - Comunicação Pessoal . São Tomé. Junho,2002
- BONFIM, F (2001)- Contribuição para o conhecimento sobre a doença da gravana nas galinhas de forro na Ilha de São Tomé. Veterinária Técnica nº8: 1-12
- BONFIM, F (2002) -Implicações dos sistemas de produção pecuários no planeamento de programas de saúde animal na R.D. de São Tomé e Príncipe. Tese de doutoramento em Ciências veterinárias. FMV- Universidade Técnica de Lisboa.
- Carlos Lopes Teixeira. Projecto da criação de uma administração florestal pública em STP – Relatório de missão. Direcção Geral das Florestas, Lisboa 1988.
- Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, Ministério da Economia, Agosto de 1999 RDSTP.
- Carvalho, Sabino Pires; (1995). Manual de estudo sobre a Biodiversidade em STP, Direcção de Florestas, APOFA-GTZ e ECOFAC 25 p.
- Christy, P. & Clarke W., 1998, Guide des Oiseaux de Sao Tomé et Príncipe
- CISO “AGROCOMPLET”, Sofia, 1982, Recomendações para Utilização dos Recursos Hídricos
- COLSON, F., BONFIM, F., CHAGNAUD, F. e GOMES, J. (1994)- Étude du Développement de l'Elevage a São Tomé et Príncipe. Sodeteg. Paris. Ministère de l, Agriculture et Développement Rural. S.Tomé et Príncipe.
- Comissao de Coordenação Florestal, (1991). Proposta de desenvolvimento do sector florestal. Comissao de Coordenação Florestal do Ministério da Agricultura e Pescas em São Tomé. 7 pp.
- Contreiras, J., Vieira da Silva, J., Esteves Baptista, J., Rosado Dias, M.A. & Ribeiro Nunes,
- 1960, Estudo da Fertilidade de Alguns Solos de São Tomé – *Ensaio em vasos pelo método subtractivo*
- Correia, J.P., 1928, The Olive Ibis of Dubus and representative on São Thomé. Amer. Mus. Novit. 84
- DIRECÇÃO DA PECUÁRIA (2001) - Distribuição e densidade de animais de produção na República Democrática de São Tome e Príncipe. Projecto de Apoio a Pecuária. Ministério de Economia. Fevereiro 2001
- Duvigneaud, P., 1982, La Synthèse Écologique
- ECOFAC – Bilan des activités, seconde phase (1997-2000). AGECO-BDPA-SECA-CIRAD Forêt.
- ECOFAC, , 1996, Composante Sao Tomé – Forêt du Mont Pico – Rapport d'Activités 1996
- ECOFAC, 1995 composante de São Tomé e Príncipe A Lista Vermelha de Animais Ameaçados
- ECOFAC, novembro 1995. Os recursos de coral em São Tomé, um plano de acção
- ENPAB-Agricultura 2002. Monografia sobre os Ecossistemas Agrícolas, produzida por Álvaro Vila Nova, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB- Águas Interiores2002. Monografia sobre a os Ecossistemas das Águas Interiores, produzida por Víctor Manuel do Sacramento Bonfim, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Florestas 2002. Monografia sobre os Ecossistemas Florestais produzida por Faustino da Conceição Neto de Oliveira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade Relatório em São Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Jurídico Institucional 2002. Monografia sobre a Legislação e Instituições, produzida por José António da Vera Cruz Bandeira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe
- ENPAB- Marinho e Costeiro 2002. Monografia sobre a os Ecossistemas Marinhos e Costeiros, produzida por Manuel da Conceição Neto d'Alva Teixeira, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Pecuária 2002. Monografia sobre a Pecuária, produzida por Filipe Luís Bandeira Bonfim, no quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- ENPAB-Silvicultura 2002. Monografia sobre a Silvicultura, produzida por Sabino Pires Carvalho, no quadro do quadro do Projecto de Elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade em S. Tomé e Príncipe.
- Estratégias para o desenvolvimento da agricultura nacional no horizonte 2010 (segurança alimentar)., Ministério da Economia, Setembro 2000 RDSTP..
- EXCELL, A.W. (1944). Catalogue of vascular plants of S. Tomé (with Principe and Annobon). British Museum (Natural History), London. Xi + 426 pp.
- EXCELL, A.W. (1956). Supplement to the catalogue of vascular plants of S. Tomé (with Principe and Annobon). British Museum (Natural History), London. 58 pp.
- F. M. de Carvalho Rodrigues, 1974 . S.Tomé e Príncipe sob o ponto de vista Agrícola
- FAO. Rapport de mission de formulation pour le secteur agricole, Roma, 1982.
- FAO (1992) - FAO Policies and avironnement . FAO. Rome, Italy. 1992
- FAO (1999) - Perspectives de l'alimentation. Rev. Vol 4:27-30.
- FAO(1993)-Valorisons la diversité de la nature. Journée Mondiale de l'alimentation. Rome. Octobre 1993
- FAO (2002)- Livestock and Environement and Environment. Toolbox. MBRAM,CD-Rome Drive.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

- FAO, 1988. National Parks planning: a manual with annotated examples. FAO Conservation Guide 17. Rome, 105 pp.
- Ferrão, José E. Mendes. A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 1992.
- FIDA. Programme d'Appui Participatif à l'Agriculture Familiale et à la Pêche Artisanale (PAPAFPA) – Rapport de Pré évaluation – Rapport Principal.
- FIGUEIREDO ESTRELA, (?). Trees and shrubs of S. Tomé and Príncipe
- François Malaise. Mission d'expertise (1-17 Août 1999). AGRECO.1997
- Garcia de Orta 6: 61-86.
- Gascoigne, Angus; (1995) The red data list of threatened animals of São Tomé e Príncipe, Ecofac-Components de STP, 15 p.
- Georges Grepin (1999). Proposition de Plan D'Aménagement du Parc Naturel Obô. S.Tomé e Príncipe, Rapport Final, Commission Européenne.
- Hamilton S. Cruz e Carlos S. Cruz. A Indústria de Madeira em ST. EIM, Junho 2000.
- Helder Lains e Silva, 1958. S.Tomé e Príncipe e a Cultura do Café. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- HORNING, C., BERG, W., TURK, M (1997)– Harmfull gas and odor emissions under use of feed en slury additivs. Proceedings of fifth international Syposium. Minnesota. USA.
- ICN, 1994. Convenção sobre a diversidade biológica,
- INTERFOREST AB. Results of National Forest Inventory – Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. Draft, February 1990.
- INTERFOREST AB, (1990 a). Republica Democrática de São Tomé e Príncipe- Estudo do suprimento e demanda de produtos florestais primários. São Tomé. 42 pp. e 9 ap.
- INTERFOREST AB, (1990a). Estudo do suprimento e demanda de produtos florestais primários. Sao Tomé.
- INTERFOREST AB, draft 1990. Study of supply and demand for primary forest products
- INTERFOREST , (1990 a). Republica Democrática de São Tomé e Príncipe – Resultados do Inventario Florestal Nacional São Tomé. 19 p + 4 Ap.
- J. Herbert, Veron Philipe, 1996. Étude et perspectives de la filière bois a Sao Tomé, memoire de fin d' études
- J. Lejoly, G. Joffroy, T. Stevart, 2000. Synthèse des Inventaires de Botanique Floristique effectués dans le cadre du Programme ECOFAC II à Sao Tome et Príncipe
- JOFFROY G. (1999/2000). Etude des Plantes endémiques de Sao Tomé et Príncipe. (Travail de fin étude)
- Joffroy, Gilles, (2000); Etude des plantes endémiques de S.Tomé et Príncipe.
- Jones, P. J., J. P. Burlison e A. Tye, 1991. Conservação dos Ecossistemas florestais na República Democrática de S. Tomé e Príncipe
- Jones, P.J., Burlison, J.P. e Tye, A., 1991, Conservação dos Ecossistemas Florestais na república democrática de São Tomé e Príncipe
- Jörg Henninger. Manejo Silvícola das Florestas de São Tomé – Proposta de um programe de acção. APOFA (Projecto de Assessoria em Matéria de Política Florestal e Agrária), GTZ/DF. São Tomé e Príncipe, Fevereiro 1995.
- JUSTE, B. J. (mars 1994). Etude de support à l'aménagement et la gestion de la zone écologique, Projet ECOFAC. AGRECO-CTFT Unpubl. Gland. 67 pp.
- JUSTE, B. J., (octobre 1994). Etudes d'appui à l'aménagement et à la gestion des zones écologiques de Sao Tomé et Príncipe, 2 éme Délimitation de la zone écologique de Príncipe et correction des limites de Sao Tomé, Project AGRECO-CTFT
- Javier Juste B, 1994. Étude de Support à l' aménagement et la gestion de la zone ecologique, Project ECOFAC
- Kathleen Van Essche, 1995. Mise en place de transects en vue des inventaires de biodiversité dans la zone ecológica de Sao Tomé, Project ECOFAC
- LAINS e SILVA, H. (1958 a). São Tomé e Príncipe e a cultura do café. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar I. Lisbon
- Lains E Silva, H. (1958 b). Esboço da carta de aptidão agrícola de Sao Tomé e Príncipe. Garcia de Orta 6: 61 -86.
- LAINS e SILVA, H. 1959. Nomes vulgares de algumas plantas de São Tomé e Príncipe (com notas sobre a origem dos nomes e a utilidade das plantas).
- LEBLANC, P. (1994). Etude touristique écologique : programme de développement du tourisme écologique.
- LEJOLY J. (1995). Suivi des programmes d'erude de la biodiversité vegetal dans la zona ecológica de São Tomé, Groupement AGRECO-CTFT
- LEJOLY J. e OLIVEIRA F. (1998). Inventário de colheitas botânicas efectuadas em Sao Tomé e Príncipe no quadro do Programa ECOFAC
- LEJOLY J. JOFFROY G. STEVART T. (2000). Synthèse des inventaires de Botanique Floristique effectués dans le cadre du Programme Ecofac à Sao Tome et Príncipe, Groupement AGRECO. G.E.I.E.- SCETAGRI - SECA - CIRAD Foret en association avec Fauna et Flora International.
- LIBERATO, M. C. And ESPIRITO SANTO, J. (1972-1982). Flora de São Tomé e Príncipe. Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, Lisboa
- Lison Hellebaut. Inventaire de 1998 des espèces ligneuses sur 30 parcelles sur l'île de São Tomé, avril 1999. ECOFAC/Université Libre de Bruxelles.
- Louis Berger International, 1996, Etude du Plan Directeur Des Systèmes d'AEPA,
- volume 1/3 – R4 :Rapport Principal
- Martin Geiger. Relatório sobre a situação actual e as perspectivas do sector florestal em São Tomé e Príncipe, P rojecto APOFA/GTZ. República Democrática de São Tomé e Príncipe, São Tomé, 24/02/1997.
- MATOS, G. C. (mai 1994). Mission d'expertise “ Biodiversité floristique et écologie” , rapport préliminaire, Groupement AGRECO-CTFT-STP ECOFAC
- Maurício Cysne, 1997. Análise do quadro legislativo em matéria de Protecção da Fauna, Flora e áreas protegidas e proposição de Elaboração do projecto de lei quadro da fauna, flora e áreas protegidas e do projecto de Regulamento para a caça-Projecto ECOFAC
- MENDES FERRAO, J.E. 1979). Flora de São Tomé e Príncipe “Ácidos gordos e proteínas de algumas sementes”. Archives historiques de STP

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

- Mortier, P. (1996). Curso de formação de guardas florestais e eco-guardas; relatório síntese
- Myriam Cukier. Etude de l'accroissement et de la régénération des ligneux de la forêt dense de ST. ECOFAC. Travail de fin d'études et annexes, Université Libre de Bruxelles, Septembre 1997.
- Obando, V., Garcia, R., Marin, P., Sevilla L. 2002, Estrategia Nacional de Conservación y
- Uso Sostenible de la Biodiversidad – Costa Rica
- Ogonovszky, M. 2003. Endémisme et phytogéographie des plantes de São Tomé et Príncipe. Travail de fin d'études présenté en vue de l'obtention du grade de Bioingénieur en Agronomie Tropicale, Ecole Interfacultaire de Bioingénieurs, Université Libre de Bruxelles.
- Paulo Rodrigues, 1999. Impacto de Distribuição de Terras. Projecto APOFA / GTZ
- PHILIPPE Veron. Etude des Perspectives de la Filière Bois à ST. ECOFAC/Faculté Universitaire des Sciences Agronomiques de Gembloux, 1996.
- Pires dos Santos, A., 2002, Inventário de Gases Com Efeito de Estufa – Sector 6: Resíduos
- Plano distrital do ambiente para o desenvolvimento durável, Agua Grande, version préliminaire MESA-PNUD-Capacité 21,
- Plano Nacional do Ambiente para o Ambiente Durável - Ministério do Equipamento Social e Ambiente, 1998.
- PNUD et al., (1994). Elementos de reflexão para o desenvolvimento sustentado de São Tomé e Príncipe
- PNUD, 1994. Global conference on the sustainable development of small island developing states. Final declaration. Unpl. Report, 48 pp.
- Recenseamento Agrícola 1990 - RDSTP, MADR / FAC..
- Regulamento provisório para a Utilização das florestas RDSTP. Decreto-Lei nº52/93. Diário da República de São Tomé e Príncipe, de 14/09/94, nº13..
- RIBEIRO, F.M (1877) - A Província de S.Thome e Príncipe e suas dependências. Lisboa,1877.
- Rice, R. & Greenberg, R. 2000. Cacao cultivation and the conservation of biological diversity. *AMBIO*, 29 (3):167-173.
- Rodrigues M. de Carvalho. São Tomé e Príncipe sob o ponto de vista Agrícola.
- LOPES ROSEIRA, L. (1984). Plantas úteis da flora de São Tomé e Príncipe - medicinais e industriais. 100 pp.
- Rossignon O., 1999, Contribution À l'Écologie des Crevettes Dulçaquicoles de Sao Tomé: Du Cadre Limnologique à l'Élevage
- Salgueiro, António. Síntese do Inventário Florestal de 1999 e Propostas para a Utilização Racional dos recursos Lenhosos. ECOFAC/AGRECO/CIRAD Forêt, Março 2001.
- SANSOUCY, R (1995)- Livestock- driving force for food security and sustainable development. *Revue mondiale de Zootechnie* 84/85 1995/3-4.
- STEINFELD, H., HAAN, C.,BLACKBURN, H. (1997) - Interactions entre l'Élevage et l'Environnement. Cooperation Française. Ministère de Coopération.
- STEVART T e OLIVEIRA F. (2000). Guia das Orquídeas de São Tomé e Príncipe
- STEVART T. (1998). Etude sur les orchidées de São Tome et Principe: (Travail de fin d'étude, ULB)
- TOELEN Patricia. Inventaire, biodiversité, structure des peuplements et biomasse ligneuse dans les forêts d'altitude de ST. ECOFAC. Travail de fin d'études et annexes, Université Libre de Bruxelles, septembre 1995.
- UVE(2001)-Resultado de Censo pecuário. Direcção da Pecuária. Ministério de Economia. RDSTP.
- VAN ESSCHE, K. (1995) Mise en place de transects en vue des inventaires de biodiversité dans lma zone ecologica de Sao Tomé (missions 29/03 – 04/05 et 12/07 17/08 1994).
- Vanessa Sequeira, 1994. Medicinal Plant Report, University of East Anglia Sao Tome Expedition, Project ECOFAC
- World Bank 1993. Democratic Republic of São Tomé and Principe. Country Economic Memorandum and Key Elements of an Environmental Strategy. Volume II. Report No. 10383-STP. Western Africa Department. The World Bank, Washington, DC.
- World Bank 2003. African Development Indicators. The World Bank, Washington, DC.

Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade de São Tomé e Príncipe

PARTICIPANTES NA REDACÇÃO E SÍNTESE

Célula de Execução:

- Arlindo de Ceita Carvalho, Director do Gabinete do Ambiente
- Juvêncio Amado d'Oliveira, Técnico do Gabinete do Ambiente
- Aurélio de Sousa Jesus Rita, Director das Florestas e Ponto Focal da Convenção sobre a Biodiversidade
- Faustino da Conceição Neto de Oliveira, Técnico da ECOFAC (Direcção das Florestas)
- Lourenço Monteiro de Jesus, Ponto Focal GEF

Consultores Internacionais:

- Robert Kasisi, Canadiano, Professor na Universidade de Montreal; Consultor seleccionado no início das actividades, pela Célula de Execução para ajudar na concepção da metodologia de trabalho da estruturação e elaboração dos documentos
- Carlos Klink, Brasileiro, trabalhando em Washington; Consultor indigitado pelo Banco Mundial para ajudar na finalização dos documentos, Relatório Nacional e Estratégia e Plano de Acção.

Consultores Nacionais:

Elaboração de documentos:

- Victor Manuel do Sacramento Bonfim, Biólogo; elaboração da monografia sobre os ecossistemas das águas interiores de S. Tomé e Príncipe
- Faustino da Conceição Neto de Oliveira, Botânico, elaboração da monografia sobre os ecossistemas florestais de S. Tomé e Príncipe
- Manuel da Conceição Neto d'Alva Teixeira, Biólogo Marinho, elaboração da monografia sobre os ecossistemas marinhos e costeiros de S. Tomé e Príncipe
- José António Bandeira da Vera Cruz, Jurista, elaboração da monografia sobre os aspectos jurídicos e institucionais relacionados com a biodiversidade e o ambiente geral de S. Tomé e Príncipe
- Sabino Pires Carvalho, Engenheiro Florestal, elaboração da monografia sobre os ecossistemas florestais de S. Tomé e Príncipe
- Álvaro Vila Nova, Engenheiro Agrónomo, elaboração da monografia sobre os ecossistemas agrícolas de S. Tomé e Príncipe
- Filipe Luís Bandeira Bonfim, Veterinário, elaboração da monografia sobre a pecuária em S. Tomé e Príncipe

Compilação, revisão e tradução de documentos:

- Arlindo de Ceita Carvalho, Geógrafo, Armindo Vaz de Almeida, Sociólogo e Diógenes Pires dos Santos, Agrónomo, compilação
- José Deus Lima de Menezes, Director das Pescas; Carlos Baía Dê, Director Substituto da Direcção de Pecuária e
- Albertino Homem Sequeira Bragança, revisão gramatical
- Victor Manuel do Sacramento Bonfim e Felisberto C. Alves de Carvalho, tradução para francês e inglês, respectivamente

Outros colaboradores:

- ONGs ambientais
- PNUD
- Comissão Técnica nacional do Ambiente
- Membros dos Núcleos Locais do Ambiente

Impressão e encadernação:

- Empresa OTHELO, Lda, S. Tomé